

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Município de Alenquer: práticas e políticas

Filipa Isabel Correia da Costa

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de Especialização em Administração Educacional

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Município de Alenquer: práticas e políticas

Filipa Isabel Correia da Costa

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de Especialização em Administração Educacional

Relatório de Estágio orientado pelo Professor Doutor

João Manuel da Silva Pinhal

Agradecimentos

Quero agradecer a todos aqueles que de várias formas contribuíram para que este relatório de estágio se tornasse realidade.

À Câmara Municipal de Alenquer, ao Excelentíssimo Senhor Presidente, colaboradores com quem convivi e especialmente à Dra. Tânia Esteves e à Dr. Catarina Esteves pelo acolhimento e disponibilidade.

Ao professor João Pinhal pela orientação e conhecimento transmitido.

À minha mãe, pai e irmã! Obrigada pelo amor e atenção sem reservas, e aos restantes familiares, avós e tios, pela energia positiva transmitida.

Ao Marco Francisco, o meu porto seguro nesta aventura e fonte de encorajamento.

Aos meus amigos, especialmente Sara e Vanessa Gomes, pelas oportunas manifestações de companheirismo e amizade.

A todos o meu profundo agradecimento.

RESUMO

Este relatório apresenta o estágio curricular relativo ao mestrado em Ciências da Educação na área de especialização em Administração Educacional e que inclui um projecto de investigação.

O estágio decorreu na Câmara Municipal de Alenquer e no Jardim-de-infância do Centro Escolar de Paredes.

Ao longo deste percurso, várias foram as actividades desenvolvidas e que possibilitaram adquirir competências e de desenvolver capacidades na área de estudos, com ênfase em tarefas de planificação e organização. O estágio permitiu assim o transfert de conhecimentos entre a experiência, através de uma situação real, a formação e vice-versa.

No âmbito do estágio, foi efectuado um projecto de investigação que teve como problemática o alcance das acções municipais na emergência de uma política educativa local. Deste modo, e tendo como objecto de estudo a Câmara Municipal de Alenquer, procedeu-se a um levantamento da sua intervenção no domínio da educação, com intuito de compreender o seu alcance e verificar a existência de uma política educativa local.

Os resultados obtidos apontam para um papel activo e interveniente na dinâmica educativa, desenvolvendo actividades de sua iniciativa. Por outro lado, a sua intervenção não é constituída por um conjunto coerente de acções nem segue uma linha orientadora que reflecta o sentido da sua acção.

Não se pode afirmar a existência de uma política educativa local, no entanto, a perspectiva é caminhar nesse sentido, verificando-se alguns indícios e uma certa aproximação.

Palavras-chave: educação, municípios, política educativa local.

ABSTRACT

This Report presents the curricular internship related to the Master in Science of Education, with specialization in the field of Education Administration, which is also composed by an investigation project.

The Internship occurred at Câmara Municipal de Alenquer and at the kindergarten of Centro Escolar de Paredes.

During that period, a multitude of tasks were developed. This allowed acquiring competencies and developing capacities in the field of study, with focus in planning and organizing tasks. Furthermore this internship made possible to connect the academic /theoretical world with an experience in a real situation.

Within the internship, it was developed an investigation project which had as problematic the range of municipal actions in the emergence of the local education policy. Having the Câmara Municipal de Alenquer as object of study, I proceed to the collection of information about their intervention in the education domain. The intent was to understand and find out the existence and range of local education policies.

The obtained results lead to an active and participative role in the educational dynamics. On the other hand, their actions are not composed by a set of coherent actions and at the same time don't follow any conducting line that express the direction of their actions.

The presented scenario doesn't allow ensuring the existence of a local education policy, but the perspective is towards that goal, verified through some indications and a certain approximation of some actions.

Keywords: education, municipalities, local education policy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
PARTE I – A DESCENTRALIZAÇÃO E AS AUTARQUIAS.....	5
Capítulo I – A intervenção municipal na área da educação.....	6
1. A Descentralização e a Territorialização das Políticas Educativas.....	6
1.1. A Descentralização do Sistema Educativo.....	6
1.2. A Territorialização das Políticas Educativas.....	8
2. As Autarquias Locais em Portugal.....	10
2.1. Definição e organização das Autarquias Locais.....	10
2.2. Lugar das Autarquias Locais na Administração Pública Portuguesa.....	11
a) Funções do Estado.....	11
b) Organização da Administração Pública.....	12
c) A Administração autónoma de base territorial.....	14
3. A intervenção educacional dos Municípios.....	14
3.1. Evolução do quadro legal das Autarquias Locais	14
3.2. Quadro das competências e atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação	17
a) Competências associadas com a concepção e planeamento do sistema educativo local.....	18
b) Competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços.....	22
c) Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino	25
3.3. A intervenção para além da competência.....	29
a) Autarquias – desenvolvimento – educação.....	29
b) Práticas de iniciativa das Autarquias Locais.....	30
c) Políticas Educativas Locais.....	31
4. A investigação sobre a relação autarquia - educação.....	36
Capítulo II - A instituição de acolhimento: Câmara Municipal de Alenquer...	38
1. O ambiente local das organizações.....	38
2. A Câmara Municipal de Alenquer.....	42

3. O Jardim-de-infância do Centro Escolar de Alenquer.....	45
PARTE II – UM ESTÁGIO NUM MUNÍCIPIO.....	47
1. Estágio de natureza curricular.....	48
2. Objectivos do estágio.....	48
3. Composição e organização do estágio de natureza curricular.....	49
4. Plano de actividades desenvolvidas e a sua contextualização.....	51
4.1. Actividades desenvolvidas e propostas no Jardim-de-infância.....	51
4.2. Actividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Alenquer.....	54
PARTE III – Projecto de Investigação “Estudo da intervenção de um Município na Educação: um caminho para uma Política Educativo Local”	55
Capítulo I - Âmbito e objectivos do estudo.....	56
1. Apresentação do problema e do campo de estudo.....	56
2. Objectivos do Estudo.....	58
3. Questões de Investigação.....	58
Capítulo II - Modelo de Análise e Metodologia	59
1. Os <i>moldes</i> e <i>modos</i> da Investigação Qualitativa.....	59
2. O design do Estudo.....	60
3. Plano de acção da investigação.....	61
4. Técnicas de recolha/ produção de dados	62
5. Limitações do Estudo.....	66
Capítulo III - Apresentação dos resultados de investigação.....	67
Capítulo IV - Análise e discussão dos resultados da investigação.....	81
Capítulo V – Conclusão e reflexão da investigação.....	90
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	100

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Pessoas colectivas públicas.....	13
Quadro 2 – Competências das autarquias no âmbito da concepção e planeamento do sistema educativo local.....	18
Quadro 3 – Competências das autarquias no âmbito da construção e gestão de equipamentos e serviços.....	23
Quadro 4 – Competências das autarquias no âmbito do apoio aos alunos e aos estabelecimentos de ensino.....	25
Quadro 5 – Tipologia dos estabelecimentos de ensino no concelho de Alenquer	41
Quadro 6 – Distribuição dos alunos pelas salas.....	46
Quadro 7 – Alunos que usufruem da Componente de Apoio à Família.....	46
Quadro 8 – Horário do estágio.....	50
Quadro 9 – Resumo da organização do estágio.....	50
Quadro 10 – Actividades desenvolvidas no estágio do Jardim-de-infância.....	52
Quadro 11 – Actividades propostas no estágio Jardim-de-infância.....	53
Quadro 12 – Actividades desenvolvidas no estágio da Câmara Municipal de Alenquer.....	54
Quadro 13 – Plano de acção da Investigação.....	61
Quadro 14 – Preços praticados nas refeições escolares	72
Quadro 15 – Evolução do número de alunos a beneficiar de transportes escolares	74
Quadro 16 – Evolução do número a beneficiarem de subsídios de auxílios económicos	74
Quadro 17 – Projectos desenvolvidos no Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares	78
Quadro 18 – Actividades desenvolvidas pela CMA	82
Quadro 19 – Actividades da CMA no âmbito das suas competências legais	82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelos de Territorialização.....	9
Figura 2 – As funções do Estado.....	12
Figura 3 – Design da investigação.....	60
Figura 4 – Esquema do plano de acção da investigação	62
Figura 5 – Esquema de análise da intervenção no âmbito educativo da CMA	81

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Estrutura etária da população residente no concelho de Alenquer.....	42
---	----

INTRODUÇÃO

É indiscutível o papel que os Municípios têm vindo a assumir. Verifica-se uma tendência para que a sua intervenção no âmbito educativo seja efectiva. Tal resulta de um processo de descentralização e da concretização e operacionalização de algumas actividades de sua iniciativa.

É nesta lógica que é completamente possível pensar-se na existência de uma política educativa do município, desempenho específico e uma visão própria.

O presente trabalho, denominado “*Município de Alenquer: práticas e políticas*”, insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na área de Administração Educacional.

A produção deste trabalho vem na sequência da realização do estágio na Câmara Municipal de Alenquer, que incluiu a concretização de um projecto de investigação no mesmo local.

Deste modo, este relatório divide-se em três partes.

A primeira parte, *A Descentralização Educacional e as Autarquias*, diz respeito a todo o enquadramento teórico relacionado com o tema em estudo e ao enquadramento institucional, ou seja à caracterização do local de estágio e objecto da investigação.

Na segunda parte, denominada *Um estágio num Município*, é apresentado o relatório de estágio, através dos seus objectivos, composição, organização e das actividades desenvolvidas.

Na parte III, *Projecto de Investigação “Estudo da intervenção de um Município na Educação: um caminho para uma Política Educativa Local*, é apresentado o projecto de investigação, dando conta do âmbito e objectivos do estudo, o modelo de análise e a metodologia utilizada, bem como a apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação e as conclusões retiradas.

Por último, a *Conclusão*, é dedicada às principais conclusões do relatório de estágio no seu conjunto, apresentando uma reflexão crítica.

PARTE I

A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCACIONAL
E AS AUTARQUIAS

Capítulo I - A intervenção municipal na área da educação

Nesta capítulo do relatório será apresentada toda a disposição metódica de informações que dão conta dos conceitos implícitos ao conteúdo deste trabalho e que fundamentam de forma sistemática, cada apreciação e futura conclusão resultante da análise de todas as informações recolhidas.

1. A Descentralização e a Territorialização das Políticas Educativas

Este ponto será dedicado, numa primeira parte, à descentralização do sistema educativo, dando conta da sua decorrência e de normas de índole descentralizadora, problematizando esta questão através da sua importância e da sua efectiva concretização. Num segundo ponto, será apresentado o processo de territorialização das políticas educativas, dando conta do seu significado e dos diferentes modos da sua concretização, os modelos de territorialização, de acordo com diferentes formas de descentralização e com significados políticos distintos.

1.1. A Descentralização do Sistema Educativo

As formas de agir dos poderes centrais no âmbito educativo têm evoluído nas últimas décadas, de acordo com as transformações políticas e económicas.

É pela descentralização, que por exemplo, se tem transferido poderes de decisão para o nível local, que o Estado pode modernizar-se e a administração pode melhorar o seu desempenho, dando resposta às mudanças que têm surgido no sistema educativo. É neste âmbito que as autarquias têm ganho protagonismo podendo intervir mais activamente.

Nos últimos tempos, temos assistido a mudanças no sistema educativo, podendo-se destacar a massificação escolar que conduziu a uma diversificação dos alunos quer a nível cultural, económico, étnico e linguístico, a alterações tecnológicas e a crises económicas que impõem a criação de formações escolares adequadas à nova realidade,

e o aumento das responsabilidades da escola, no plano da integração social, da dinamização cultural, do desenvolvimento económico e da formação democrática dos cidadãos (Fernandes, 2005; Barroso, 1998).

Face a estas mudanças que geram uma complexidade das situações no sistema educativo, e sendo que o Estado não consegue responder completamente às necessidades, interesses e desafios culturais, políticos, sociais e económicos da sociedade, tem-se assistido a uma alteração significativa do seu papel nos processos de decisão política e de administração da educação.

É perante este cenário, de dificuldade dos poderes centrais em resolver os problemas que foram surgindo no sistema educativo, e de não tratar a realidade como sendo diversa e heterogénea, que se tornou fundamental a intervenção de instâncias que operam em contacto com as situações reais e que portanto, conseguem mais facilmente soluções convenientes (Louro & Fernandes, 2004). É neste sentido, que se desenvolveu a partir da década de 90, a tendência para uma maior descentralização dos sistemas educativos, transferindo-se “(...) *poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (...) como um parceiro essencial na tomada de decisão.*” (Barroso, 1998:33).

Assim emerge o crescimento da importância de outras organizações, nomeadamente escolas, municípios e outras instituições e organizações locais.

Existe toda uma legislação que prefigura uma maior descentralização do sistema. O Estado português respeita os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública (art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa), e também a Lei de Bases do Sistema Educativo (art.º 3.º) prevê a necessidade de “*Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.*”. O Estado assinou e ratificou a Carta Europeia da Autonomia local, que define a autonomia local como sendo o “(...) *direito e a capacidade efectiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.*” (Carta Europeia da Autonomia Local, art.º 2.º).

Dá-se assim uma certa descentralização do poder para o nível local, tendo então as autarquias competências próprias e meios para as pôr em prática, não estando

subordinadas ao poder central quando se trate de decidir sobre matérias da sua competência.

Denota-se então uma necessidade de descentralizar, para que as autarquias possam intervir mais activamente. Segundo Pinhal (2003), as tendências descentralizadoras derivam da crescente complexidade dos subsistemas sociais que dificulta a eficácia da intervenção dos poderes centrais, ou seja, com a complexidade dos problemas a resolver, há a ideia de que muitas das coisas se resolvem melhor a nível local, como já referenciado anteriormente. Outras razões, ainda não enunciadas, prendem-se com o acesso facilitado de informação, que leva as pessoas a deterem cada vez mais capacidade de intervenção, exigência e reivindicação, havendo portanto, uma diferente visão da democracia: a democracia participativa, e pela percepção de que o desenvolvimento requer uma maior participação das comunidades locais.

Existe toda uma legislação que pressupõe uma maior descentralização do sistema, e através de iniciativas das autarquias na resolução dos problemas sentidos localmente, tem-se constituído uma nova forma de intervenção.

1.2. A Territorialização das Políticas Educativas

Como referido anteriormente, de modo a facilitar e melhorar o desempenho do Estado e melhorar a eficácia do serviço de educação, a administração central tem tomado medidas de descentralização. Estas medidas, orientam a evolução do sistema no sentido de uma maior intervenção decisória das instâncias locais, que no caso das autarquias se prende com tarefas de natureza operacional e logística do funcionamento do sistema, embora com alguma evolução para a concepção e planeamento do sistema educativo local, ou seja, com um carácter mais político.

É neste sentido, que se começa a encarar de um certo modo a territorialização das políticas educativas, e se começa a esclarecer o carácter da descentralização que se pretende implantar.

A territorialização significa diversos modos de organizar a educação que se baseiam nas capacidades das comunidades locais para tratar de alguns aspectos do sistema educativo, apelando deste modo, a uma maior intervenção dos territórios. O conceito de territorialização, como refere Barroso (1998:34) *“(...) é utilizado para significar uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que,*

de um modo geral, vão no sentido de valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos actores e a contextualização da acção política.”.

Há diferentes modos de concretizar a territorialização, como mostra a figura 1, que se traduzem em diferentes formas de descentralização, e com significados políticos diferentes.

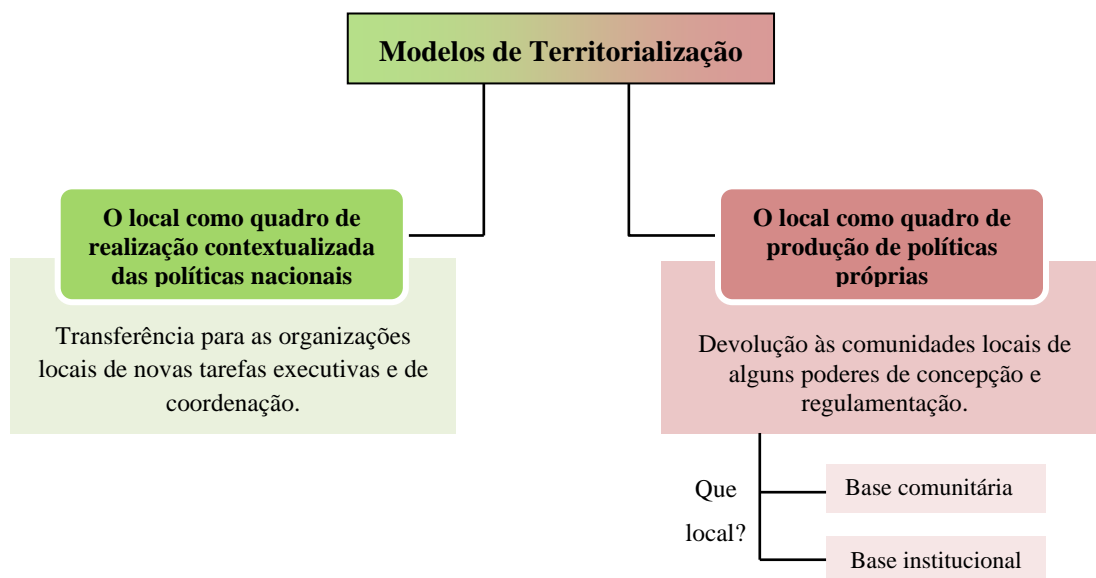


Figura 1- Modelos de territorialização (adaptado do autor Pinhal, 2003)

A territorialização pode corresponder à possibilidade de executar localmente as políticas e as normas nacionais, o que se traduz na transferência para as organizações locais de novas tarefas executivas e de coordenação. Neste âmbito, é acentuada a dimensão meramente administrativa da descentralização, com uma autonomia local limitada, embora com a possibilidade de adaptação às características e às circunstâncias locais (Pinhal, 2010).

Diferente, e com um cariz mais político, é a territorialização que corresponde à construção de políticas locais, que embora dentro dos limites de intervenção local definidos por Lei, devolve ao local a capacidade para conceber e regulamentar uma parte importante da satisfação dos seus interesses e necessidades (Pinhal, 2003). Neste último caso, a descentralização pode corresponder a uma territorialização de base comunitária ou de base institucional.

Perante um modelo de territorialização de base comunitária, temos uma comunidade local politicamente organizada em que as organizações são associadas à concepção e à realização de políticas locais e projectos. Neste caso, há a reafirmação do carácter público e colectivo do sistema de educação e de ensino.

No modelo de territorialização de base institucional, há uma concepção mais liberal, com cada uma das diferentes organizações locais a ser dotada de autonomia para a definição do seu projecto, não se atribuindo importância à existência de políticas colectivas. Num quadro de mercado educacional e de livre escolha da escola pelos pais, a descentralização pode corresponder a uma situação de concorrência entre escolas de uma certa comunidade.

Em síntese, podemos verificar a existência de dois modelos distintos de territorialização, em que um se prende em executar localmente as políticas e normas nacionais, e o outro em que o local é o quadro de produção de políticas próprias, tendo a variação entre base comunitária e base institucional.

Torna-se interessante perceber que modelo as organizações sociais assumem, possibilitando compreender o modo como colocam em prática as suas competências educacionais e como actuam para além dessas competências, e apreender que formas de descentralização e que significados políticos estão inerentes.

2. As Autarquias Locais em Portugal

Neste ponto, de forma a dar conta do quadro geral das autarquias locais em Portugal, numa primeira fase, será apresentado em que consistem através da sua definição e o modo como se organizam, e seguidamente dar a perceber o lugar que estas ocupam na Administração Pública.

2.1. Definição e organização das Autarquias Locais

A Constituição da República Portuguesa, nos termos do artigo 235º, estabelece a existência de autarquias locais, definindo-as como “(...) *peças colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.*”.

As autarquias locais têm atribuições e competências próprias, definidas por lei, sendo que “(...) *a única forma de tutela a que estão sujeitas é uma tutela de legalidade, a exercer por uma autoridade central nos termos definidos por lei, e destinada a verificar a correcção dos seus procedimentos da gestão autárquica e não o mérito da substância das suas decisões.*” (Pinhal, 2006:102). Assim, com legitimidade política, as

autarquias locais visam a satisfação de necessidades e interesses públicos, tendo um papel essencial na qualidade de vida dos cidadãos.

A Constituição reconhece três categorias de autarquias locais: as freguesias, os municípios, e por último, as regiões administrativas, que ainda não foram instituídas.

Os municípios, que serão objecto deste estudo, apresentam dois órgãos, a assembleia municipal e a câmara municipal. São autarquias com maior dimensão e que têm uma maior capacidade de intervenção.

Está previsto, no quadro legislativo, que os municípios intervenham num vasto conjunto de atribuições, que são os fins, objectivos que a lei lhes comete e necessariamente têm de satisfazer, e que portanto justificam a sua existência, e de competências que são os poderes jurídicos de que os seus órgãos dispõem para prossecução dessas mesmas atribuições.

As atribuições de que os municípios dispõem são de vários domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal, cooperação externa.

2.2. Lugar das Autarquias na Administração Pública Portuguesa

De forma a perceber onde se inserem as autarquias locais na Administração Pública Portuguesa, torna-se necessário explicitar várias questões relacionadas com a administração pública, como as funções do Estado, estando inerente a sua definição, e como estas se organizam.

a) Funções do Estado

As funções do Estado podem-se desdobrar em dois tipos, as funções primárias e as funções secundárias (figura 2).

As funções primárias do Estado são as que definem as regras do jogo social e que organizam a vida colectiva, e são constituídas pela função política e a função legislativa. A função política diz respeito “(...) à prática de actos que exprimem opções sobre a definição e prossecução dos interesses essenciais da colectividade, e que respeitam, de modo directo e imediato, às relações dentro do poder político e deste com

outros poderes políticos.” (Sousa, 1995:8). A função legislativa elabora o conjunto de leis, “(...) *regras de conduta social de conteúdo primacialmente político, revestindo determinadas formas previstas na Constituição.*” (Sousa, 1995:10).

Em relação às funções secundárias do Estado-colectividade, estas não existem sem as primárias e são a função jurisdicional e a função administrativa. A função jurisdicional, verifica se as leis estão a ser respeitadas de acordo com a constituição, e portanto, reprime a violação da legalidade vigente. Relativamente à função administrativa, também chamada administração pública, a Constituição da República Portuguesa formula os seus princípios políticos, no art.º 266. Citando Sousa (1995:11), relativamente à sua definição, menciona que “(...) *compreende o conjunto dos actos de execução de actos legislativos, traduzidos na produção de bens e na prestação de serviços destinados a satisfazer necessidades colectivas que, por virtude de prévia opção legislativa se tenha estendido que incumbem ao poder político do Estado-colectividade.*”. Assim sendo, esta última função é instrumental da função política, encontra-se subordinada à função legislativa, pois não pode ter um funcionamento arbitrário, e é controlada pela função jurisdicional.

As funções do Estado

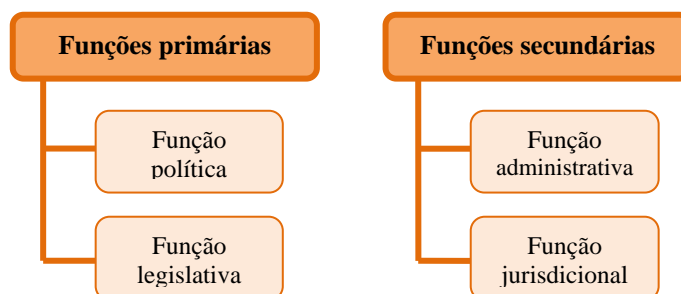


Figura 2- As funções do Estado

b) Organização da Administração Pública

Também a Constituição da República Portuguesa formula os modos de organização da administração pública, no art.º 267, e aponta para a necessidade de evitar a burocratização, aproximando os serviços das populações e assegurando a participação dos interessados na sua gestão. De forma a conseguir esses objectivos, deve-se prever formas de descentralização e desconcentração administrativas.

No conceito de administração pública, podemos distinguir o sentido material e o sentido orgânico. O sentido material diz respeito ao conjunto de actos que a

administração executa. O sentido orgânico refere-se às pessoas colectivas que exercem a administração pública em sentido material.

Como nos mostra Caupers (1999), várias são as entidades que exercem a função administrativa, sendo elas, as pessoas colectivas públicas. Também os órgãos do Estado pertencentes a outras funções e as instituições particulares de interesse público, praticam actos administrativos inseridos na administração pública em sentido material. Para este trabalho, importa focar o elemento das pessoas colectivas públicas, que são definidas como “(...) *entes colectivos criados por iniciativa pública para assegurar a prossecução necessária de interesses públicos, dispondo de poderes públicos e estando submetidos a deveres públicos.*” (Caupers, 1999:264).

Dentro das pessoas colectivas públicas, inserem-se várias entidades, que no quadro 1, vêm a seguir explicitadas.

Estado – Administração	<ul style="list-style-type: none"> • É a principal entidade colectiva pública, e está encarregue em Portugal de satisfazer a maioria das necessidades públicas.
Pessoas colectivas de população e território	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades que fazem parte do Estado-colectividade mas não do Estado-Administração como as autarquias locais e as regiões autónomas.
Pessoas colectivas de natureza institucional	<ul style="list-style-type: none"> • São constituídas por institutos públicos, como os hospitais públicos, universidades, entre outros.
Pessoas colectivas de natureza empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • São exemplo as empresas públicas.
Pessoas colectivas de natureza associativa	<ul style="list-style-type: none"> • Como, por exemplo, as que regulam as profissões com códigos deontológicos.

Quadro 1- Pessoas colectivas públicas

Relativamente ao Estado, podemos distinguir a administração directa que pode ser central (Ministérios) ou periférica (Direcções Regionais), e administração indirecta (órgãos dependentes do Estado mas que possuem uma certa autonomia), que podem ser as empresas públicas e os institutos públicos.

Pode-se ainda falar de uma administração autónoma, constituída por entidades públicas que não foram criadas pelo Estado-Administração e que possuem autonomia administrativa e muitas vezes financeira, que prosseguem interesses públicos. Estas entidades públicas são as regiões autónomas, as associações públicas e as autarquias locais.

c) A Administração autónoma de base territorial

A Administração autónoma de base territorial é constituída pelas autarquias locais e as regiões autónomas. As autarquias locais, como já referido no ponto acima acerca da sua definição e organização, são pessoas colectivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses próprios das respectivas populações, constituídas pelos municípios, freguesias e regiões administrativas, estas ainda não instituídas.

A existência das autarquias locais, assenta no princípio da autonomia local, consagrado no n.º1 do artigo 3.º da Carta Europeia de Autonomia Local como “(...) o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações uma parte importante dos assuntos públicos.”.

Como também refere a Carta Europeia da Autonomia Local, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, as autoridades mais próximas dos cidadãos. Esta orientação corresponde ao princípio da subsidiariedade, de resto também presente na Constituição da República Portuguesa, como princípio orientado do Estado Português (art.º 6.º). As atribuições e competências das autarquias locais são, em Portugal, fixadas por lei.

3. A intervenção educacional dos Municípios

Este ponto, será dedicado, numa primeira parte à evolução da legislação sobre a intervenção das autarquias locais na educação, e por último, à apresentação e explicitação das actuais competências educacionais dos municípios em matéria de educação.

3.1. Evolução do quadro legal das Autarquias Locais

Tem-se verificado, ao longo dos anos, uma alteração progressiva do quadro legal no que respeita às atribuições das autarquias na educação, que vão no sentido de mudar a sua posição, passando a possuir uma maior e mais significativa intervenção no domínio da educação.

De seguida, será apresentada, a evolução do papel das autarquias no âmbito da educação, fazendo referência aos principais diplomas legais.

Durante a vigência do Estado Novo, as autarquias eram responsáveis pela construção, conservação e manutenção das escolas primárias, não possuindo nem meios nem dinâmicas para mais, e mesmo assim à custa de subsídios do poder central, caso a caso (Pinhal, 2003). Com este panorama, podemos perceber, que nesta época, eram escassas as atribuições educacionais das autarquias locais, pois induziu-se a ideia de que a administração da educação seria matéria exclusiva do governo central.

Tal panorama mudou com a instalação do regime democrático em 1974, acentuando-se e valorizando-se a participação das autarquias (Fernandes, 2005), ao começarem a serem criadas condições para alterar o seu quadro de debilidade.

A aprovação de uma primeira Lei das Finanças Locais (Lei n.º1/77, de 6 de Janeiro), vem atribuir meios financeiros às autarquias, através do estabelecimento do princípio da transferência de verbas do orçamento geral do Estado para as autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fernandes, 2000). É a partir desta autonomia financeira que se abrem perspectivas de intervenção às autarquias no domínio das suas atribuições, já que a “(...) *referida lei, confere às autarquias o direito de dar prioridade às necessidades que consideram mais prementes para o território.*” (Bota, 2008:19). Ainda na década de 70, no plano legal, a intervenção educacional dos municípios foi fortalecida, “(...) *pela criação do sistema público de educação pré-escolar (Lei n.º 5/77, de 1 de Fevereiro) e pela aprovação do estatuto dos jardins de infância desse sistema (Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro), bem como pela aprovação de legislação de combate ao analfabetismo (Lei n.º3/79, de 10 de Janeiro)*” (Pinhal, 2003:5), nos quais os municípios poderiam ter intervenções de iniciativa e de apoio.

No entanto, é na década de 80 que se estabelecem os contornos legais da intervenção dos municípios, fixando-se algumas atribuições, conferindo intervenções que dizem respeito aos interesses próprios da população em variados domínios, nomeadamente no da educação. É o que se passa com o Decreto-Lei n.º77/84, que estabelece o regime da delimitação e da coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos, e que atribuiu aos Municípios várias competências concretas que implicaram consideráveis despesas em vários domínios (transportes escolares, acção social escolar, apoio a projectos das escolas, entre outros), sendo ainda de salientar e o Decreto-Lei n.º 100/84, que fixou as atribuições e competências das autarquias locais e dos seus órgãos. Apesar deste quadro legislativo, questiona-se se de facto considera-se que esta legislação permitiu uma

descentralização, na medida em que apenas são transferidas tarefas logísticas e operacionais, que não correspondem a um reforço do poder de decisão dos municípios (Pinhal, 2003).

A própria aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro), parece não ter alterado o cenário vindo de trás, ficando aquém do que seria de esperar, no que respeita à participação e descentralização. Não se verifica a existência de estruturas que possibilitem a participação de agentes locais Louro (1999), não possuindo então, as autarquias, um estatuto de verdadeira instância de poder, e assim há a afirmação da existência de uma administração da educação fortemente centralizada, tal como refere Evangelista: *“Tal situação denuncia, no mínimo, desconfiança quanto às capacidades das autarquias na educação, mantendo o modelo centralizado e o paradigma do Estado Educador.”* (2004:56). No entanto, a Lei de Bases do Sistema Educativo, abriu uma nova fase no reconhecimento da autarquia como agente educativo, conferindo-lhe a possibilidade de intervenção em certas áreas e modalidades do sistema educativo, como o caso da educação pré-escolar, da educação especial, da educação recorrente e de adultos e na formação profissional. Assim, a lei situa os municípios *“(...) no mesmo plano de outras entidades referidas como empresas, associações, cooperativas, instituições de solidariedade, ou seja, é um participante privado que exerce uma função supletiva no sistema educativo.”* (Fernandes, 2003:38). Podemos então concluir, que se mantém uma concepção das atribuições autárquicas muito limitada.

Uma nova fase inicia-se na década de 90, pois constata-se uma alteração significativa no quadro legal, com uma nova perspectiva implícita nessas normas. Podemos fazer referência à saída do Decreto-Lei n.º115-A/98, de 4 de Maio, onde são atribuídas um conjunto de novas competências às autarquias associadas à gestão do sistema educativo local, como a participação na assembleia de escola, órgão de direcção das escolas e dos agrupamentos de escolas, a intervenção no processo de constituição dos agrupamentos de escolas e a criação dos conselhos locais de educação (Evangelista, 2004). Também, na Lei n.º159/99, de 14 de Setembro, estabelece-se o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, ampliando a sua intervenção educativa atribuindo novas competências bastante interessantes, com se poderá verificar mais adiante. No entanto, como referem Louro & Fernandes (2004), este diploma, não transferiu nada em concreto, necessitando de uma futura legislação

regulamentar. Assim surge o Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro, que vem então regulamentar e fixar algumas dessas competências.

Tendo por base o autor Fernandes (2005), que apresenta três perspectivas sobre o papel educativo do município de acordo com a evolução da regulação normativa das atribuições municipais na educação, poderá realizar-se um resumo do tema em estudo. Assim, parece ter havido três fases de evolução, uma primeira em que são impostos aos municípios encargos financeiros no âmbito da educação inicial, uma segunda fase em que continuam com esses encargos e ganham um estatuto idêntico ao de agentes privados, e por último é reconhecido como um parceiro educativo público.

Pelo panorama descrito, verificamos que existe uma tendência para que o poder central determine as grandes linhas orientadoras do sistema escolar, e que, dentro de uma margem de autonomia, seja o poder local a assumir a concretização e operacionalização de algumas delas. Esta orientação resulta de um processo de descentralização e da intervenção das autarquias, que muitas vezes anda à frente da legislação, e que põe em prática acções que permitem o desenvolvimento do local, resultando em um maior protagonismo destas entidades.

3.2. Quadro das competências e atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação

Vários são os diplomas legislativos que se referem às competências dos municípios em matéria de educação. O principal é a Lei n.º159/99, de 14 de Setembro, que fixa o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, mas existem outros diplomas, como a legislação sobre a administração e gestão das escolas públicas, sobre a educação pré-escolar, ou ainda, sobre a criação de conselhos municipais de educação e a elaboração das cartas educativas, entre outra legislação específica.

Assim, de seguida serão apresentadas as actuais competências educacionais dos municípios, tendo em conta as várias fontes legais e sua conjugação, agrupadas em três domínios: concepção e planeamento do sistema educativo local, construção e gestão de equipamentos e serviços e o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino (Pinhal, 2003).

a) Competências associadas com a concepção e planeamento do sistema educativo local

O grupo de competências que está associado à concepção e planeamento do sistema educativo local (quadro 2), é o mais recente, e as suas actividades mais significativas prendem-se com a criação do conselho municipal de educação, elaboração da carta educativa, constituição dos agrupamentos de escolas, participação nos Conselhos Gerais das escolas e a intervenção na celebração de contratos de autonomia das escolas. Deste modo, é neste grupo de competências que se situam as oportunidades de intervenção mais políticas.

Apesar de os municípios não intervirem na definição do currículo formal, pela natureza das competências deste grupo, que como iremos verificar, implica a sua intervenção no processo de concepção da educação a nível local, pode-se afirmar que possuem a oportunidade de exercerem uma influência significativa no sistema educativo (Pinhal, 2010).

Depois de apresentadas as competências deste domínio, será descrito de forma mais explorada em que consistem essas competências.

Domínio	Competências	Fontes legais
Competências associadas com a concepção e planeamento do sistema educativo local	<ul style="list-style-type: none"> • Criar os conselhos municipais de educação; 	<ul style="list-style-type: none"> • D.L. n.º115-A/98; • Lei n.º 159/99; • D.L. n.º7/2003;
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a carta educativa do município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 159/99; • D.L. n.º7/2003;
	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na concepção das grandes orientações específicas dos estabelecimentos de educação e ensino da área do município, como membro dos Conselhos Gerais; 	<ul style="list-style-type: none"> • D.L. n.º115-A/98; • D.L. n.º75/2008;
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor e dar parecer sobre a constituição de agrupamentos de escolas; 	<ul style="list-style-type: none"> • D.L. n.º 115-A/98; • Decreto regulamentar n.º12/2000; • D.L. n.º75/2008;
	<ul style="list-style-type: none"> • Intervir, como parte, na celebração de contratos de autonomia das escolas e ajuizar da oportunidade de aprofundamento dessa autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> • D.L. n.º 115-A/98. • D.L. n.º75/2008;

Quadro 2 - Competências das autarquias no âmbito da concepção e planeamento do sistema educativo local

⇒ Criação do conselho municipal de educação

Antes da obrigatoriedade da criação destes órgãos, alguns municípios já tinham desenvolvido o interesse pela formação destes conselhos (Pinhal, 2006).

Apesar de já ter sido prevista, em dois documentos legais a criação destes órgãos, é o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os conselhos locais de educação, alterando a sua designação para conselho municipal de educação.

Segundo a legislação, os conselhos são definidos como instâncias “(...) *de coordenação e consulta, que têm por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.*” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, art.º 3.º).

Para o prosseguimento do objectivo dos conselhos, estes possuem competências legais bastante importantes, sobre várias matérias relacionadas com o planeamento da provisão local de educação, com a coordenação do sistema educativo, acompanhamento do processo de elaboração e actualização da carta educativa, participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, apreciação de projectos educativos, medidas de desenvolvimento educativo em vários domínios, intervenção na qualificação e requalificação do parque escolar, entre outras. Compete-lhes ainda definir regras relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino (adequação das instalações, desempenho do pessoal docente e não docente, assiduidade e sucesso escolar dos alunos...).

São apontados alguns erros cometidos na regulamentação dos conselhos, como os defeitos na sua composição, em que as escolas públicas não estão representadas, como incluem demasiados elementos nomeados pelo poder central, e todos os elementos que compõem o elenco de conselheiros ser igual para todo o país, e como a pouca clareza das suas competências. Assim o modelo do conselho municipal de educação é visto como racionalista em excesso e centralista (Pinhal, 2003).

Apesar destes erros, os conselhos municipais de educação constituem uma oportunidade de intervenção local na definição de políticas educativas, constituindo um incentivo à criação de dinâmicas colectivas e de políticas conjuntas que sejam compatíveis com a lógica de funcionamento do território educativo (Pinhal, 2003).

⇒ **Elaboração da carta educativa**

Alguns municípios, por iniciativa própria já realizavam este tipo de planeamento antes que fosse obrigatório. Durante muitos anos a Carta Escolar foi entendida como um

documento em que se registavam os edifícios escolares existentes e os que faltava construir. Era um planeamento estático e dogmático.

O documento legal que regulamenta a carta educativa, antes denominada por carta escolar, é o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que a define como um “(...) *instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.*” (art.º 10º). Agora este documento tem um sentido de planeamento de intervenção e dinâmico.

Segundo o Gabinete de Estatística e Planeamento de Educação do Ministério da Educação, a Carta Educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de ensino para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efectiva do município. Deste modo, a finalidade é que haja uma racionalização e complementaridade dessas ofertas assim como o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa.

A elaboração da carta educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respectiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, e deverá respeitar os parâmetros técnicos referidos na legislação.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, estabelece no artigo 20.º a obrigatoriedade da revisão da carta educativa sempre que surjam alterações no reordenamento da rede educativa, como a criação ou encerramento de novos estabelecimentos educativos, ou ainda sempre que esta fique desconforme com os princípios, objectivos e parâmetros técnicos. Caso não se verifique alteração das premissas iniciais, a periodicidade de revisão deste documento deverá ser de 5 em 5 anos.

A carta educativa concelhia, permite garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, e uma intervenção educacional no território através de um planeamento estratégico, procedendo-se à concepção de uma ideia para o futuro, permitindo assim aos municípios conduzirem as suas próprias ideias de desenvolvimento do sistema educativo local.

⇒ Participação nos Conselhos Gerais

Inicialmente, esta competência foi fixada pelo Decreto-Lei n.º115-A/98 de 4 de Maio. Actualmente, encontra-se contemplada noutra diploma, o Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril. Esta mudança, alterou o nome deste órgão, de assembleia de escola para conselho geral.

Assim, conselho geral, segundo o Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril, definiu o como sendo o “(...) o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.” (art.º 11.º).

Entre outras competências, compete-lhes aprovar o projecto educativo e o regulamento interno da escola e aprovar o plano anual e plurianual de actividades.

Sendo o conselho geral um órgão de participação e representação da comunidade educativa, na sua composição prevê-se a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Podemos perceber que estes órgãos possibilitam “(...) *interferir na gestão das unidades públicas de educação e ensino, procurando potenciar os recursos existentes e veiculando opiniões para a discussão das grandes orientações dos estabelecimentos (...)*” (Pinhal, 2003:s.i.¹)

⇒ Constituição de agrupamentos de escolas

O agrupamento de escolas é “(...) *uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino (...)*” (Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril, art.º 6.º).

Esta unidade organizacional tem como finalidades facultar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica, prevenir a exclusão social e escolar, superando situações de isolamento de estabelecimentos de ensino, fortalecer a capacidade pedagógica das escolas, e por último, garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão.

Para a constituição desta nova unidade orgânica de gestão escolar, deve considerar-se, entre outros, critérios relativos à existência de projectos pedagógicos

¹ Sem informação relativamente ao número de página da citação

comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa.

Deste modo, as autarquias apresentam um papel determinante, pois a constituição de agrupamentos de escolas, depende da verificação cumulativa de vários requisitos, entre os quais o parecer favorável dos municípios e a compatibilidade com os princípios orientadores do reordenamento da rede educativa e com a carta educativa concelhia (Decreto Regulamentar n.º12/2000, de 29 de Agosto, art.º 4.º).

⇒ **Celebração de contratos de autonomia**

Por contratos de autonomia, segundo o Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril, art.º 56.º, entende-se “(...) *o acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a câmara municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objectivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas.*”.

Também nesta norma legislativa vêm descritos os princípios orientadores da celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia.

A participação dos municípios neste reforço do processo de autonomia das escolas, verifica-se na sua representação nos Conselhos Gerais, tendo como uma das competências, aprovar as propostas de contratos de autonomia (Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril). Por outro lado, também são parte nos contratos a celebrar.

Assim, a autonomia desenvolve-se através de um processo onde são reconhecidos aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas diferentes níveis de competência e de responsabilidade, que são objecto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a câmara municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir então à celebração de um contrato de autonomia.

b) Competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços

Este grupo de competências, relaciona-se com a construção e gestão de equipamentos e serviços (quadro 3), é o mais caro, e é de natureza operacional e de

apoio ao funcionamento do sistema educativo e de construção de parte da infra-estrutura educativa.

Domínio	Competências	Fontes legais
Competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Construir, apetrechar e manter os jardins-de-infância e as escolas do ensino básico da rede pública; 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 159/99; • D.L. n.º 7/2003; • D.L. n.º 144/2008;
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública; 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 5/97; • Lei n.º 159/99; • Despacho n.º 22 251/2005; • Despacho n.º 18 987/2009;
	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 5/97; • Lei n.º 159/99; • D.L. n.º 144/2008; • Portaria n.º 1049-A/2008.

Quadro 3 - Competências das autarquias no âmbito da construção e gestão de equipamentos e serviços

Será apresentado, a seguir, em que consistem as competências deste domínio.

⇒ Construção, conservação e manutenção de edifícios escolares

A construção de escolas é a competência educacional mais antiga dos municípios, estando inicialmente confinada ao antigo ensino primário. A construção e manutenção das escolas do 1.º ciclo e dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, é da responsabilidade exclusivamente dos municípios. Relativamente às escolas dos 2.º e 3.º ciclo, estas competências eram exercidas de forma conjunta pelas administrações central e local. No entanto, o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, veio alterar esta situação. Assim é transferido para os municípios a gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Apesar disso, esta competência depende da existência da carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município, ou seja, é a título não universal.

As questões relacionadas com a conservação e manutenção das instalações e do fornecimento de mobiliário e outros equipamentos de apoio, são bastante importantes para o funcionamento das escolas.

Deste modo, podemos concluir que esta competência assume um grande peso nas despesas municipais.

⇒ **Gestão de refeitórios escolares**

A gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, segundo a legislação é da competência dos municípios. A concretização desta competência, implica disponibilizar um serviço de refeições e a contratação e gestão de pessoal de cozinha e auxiliar que garanta o funcionamento dos refeitórios. No entanto, estas tarefas podem não ser assumidas directamente pelos municípios, mas podem ser entregues a outras entidades. Neste caso, estas entidades estão sob a orientação e o financiamento do município (Pinhal:2006).

O Despacho n.º 22 251/2005, de 25 de Outubro, define o modelo de financiamento que permite aos municípios acautelar o fornecimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que foi alterado com o Despacho n.º 18 987/2009, de 17 de Agosto, Assim, este último despacho, define o preço das refeições e o montante das comparticipações a suportar pelas diversas partes envolvidas.

O modelo de financiamento propõe que o preço máximo da refeição seja de 2,50€, que o preço a pagar pelos alunos seja 1,46€ que a comparticipação dos municípios seja 50% do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos, e que o Ministério da Educação participe com 50% do valor do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos. Os alunos que beneficiam da acção social escolar estão isentos do pagamento ou pagam somente 50%, de acordo com o escalão em que estão inseridos.

Deste modo, os municípios exercem um controlo directo da gestão do fornecimento das refeições, acompanhando no local o funcionamento do serviço, bem como a fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis.

⇒ **Gestão de pessoal não docente em serviço nas escolas**

Esta questão, apresentou durante algum tempo pontos por esclarecer, designadamente no que se refere à questão de financiamentos. Apesar das divergências existentes entre o governo e os municípios, a questão acabou por ser regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, e vários municípios assumiram esta responsabilidade carregando, deste modo, o seu funcionamento. A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, apenas previa que os municípios gerissem o pessoal não docente de

educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, mas o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho alargou esta competência ao ensino básico todo, embora a título não universal.

Com efeito, a Câmara Municipal passa a exercer competências também relativas ao pessoal não docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em matérias de recrutamento, afectação e colocação do pessoal, gestão de carreiras e remunerações, poder disciplinar e avaliação do desempenho do pessoal.

Para efeitos de determinação do valor das transferências do orçamento do Ministério da Educação para os municípios, a Portaria n.º 1409-A/2008, de 16 de Setembro, estabelece os critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência do pessoal não docente, para o pagamento das suas remunerações.

c) Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino

Com semelhança ao grupo anterior, este grupo é de natureza logística e de apoio ao funcionamento do sistema educativo e aos seus intervenientes (quadro 4). De seguida, serão apresentadas as competências deste grupo e a sua descrição.

Domínio	Competências	Fontes legais
Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar os transportes escolares; 	<ul style="list-style-type: none"> D.L. n.º 299/84 Lei n.º 159/99; D.L. n.º 144/2008; D.L. n.º 186/2008;
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência; 	<ul style="list-style-type: none"> Lei n.º 159/99;
	<ul style="list-style-type: none"> Comparticipar no domínio da acção social escolar, as crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico; 	<ul style="list-style-type: none"> D.L. n.º 399-A/84; Lei n.º 5/97; Lei n.º 159/99; D.L. n.º 144/2008; D.L. n.º 55/2009;
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico; 	<ul style="list-style-type: none"> Lei n.º 159/99; Despacho n.º 14460/2008; Decreto-Lei n.º 144/2008;
	<ul style="list-style-type: none"> Participar no apoio à educação extra-escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Lei n.º 159/99.

Quadro 4 - Competências das autarquias no âmbito do apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação de ensino

⇒ Transportes escolares

No âmbito da transferência de competências legisladas pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro, prevê-se que os municípios assegurem a organização, financiamento e controlo dos transportes escolares.

Com o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, alarga-se esta competência, passando a ser transferida para os municípios a atribuição em matéria de organização e funcionamento dos transportes escolares do 3.º ciclo do ensino básico.

O serviço de transporte escolar é disponibilizado aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário oficial, particular ou cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico quando a paragem de transporte público que serve a área da sua residência diste três ou mais quilómetros do estabelecimento de ensino.

Há um desenvolver desta competência com o Decreto-lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro, que cria um título de transporte destinado a todas as crianças e jovens, dos 4 aos 18 anos, que não beneficiaram do transporte escolar previsto, designado de passe escolar ou “passe 4_18@escola.tp”. Este passe é um complemento social alternativo ao transporte escolar já existente, consagrado no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro.

De acordo com os parâmetros e critérios definidos na lei e nos regulamentos próprios, os municípios recebem as candidaturas a comparticipações provenientes das escolas, e seguidamente procedem à sua análise para determinar o valor dos subsídios a atribuir.

⇒ Alojamento de alunos

Nos termos da lei, compete aos municípios, garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência. Tal competência pode implicar a construção e a gestão de residências estudantis quando assim se justificar.

⇒ Comparticipação no domínio da acção social escolar

Nesta competência, que se prende com a comparticipação no domínio da acção social escolar às crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, pretende-se atribuir auxílios económicos às famílias de mais fracos recursos, incluindo-

se as prestações sociais destinadas a cobrir os gastos inerentes à frequência da criança na escola (refeições, material escolar...) (Pinhal, 2006).

O Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social. Este diploma foi actualizado com o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, ao estabelecer o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar.

À semelhança de outras competências, a comparticipação no domínio da acção social foi alargada com o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho. Assim, são transferidas para os municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio sócio-económico, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares e seguros escolares, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Estes apoios podem ser de aplicação universal, diferenciada ou restrita, directos ou indirectos. O acesso aos benefícios é determinado em função da situação dos alunos ou dos agregados familiares e em particular da respectiva condição socioeconómica, que determinará o respectivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio.

Várias são as modalidades de apoios no âmbito da acção social escolar: os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar. Todas estas modalidades são previstas e reguladas nesta mesma norma, bem como em despachos saídos posteriormente.

⇒ Apoio a actividades complementares de acção educativa

Outra competência dos municípios relaciona-se com o apoio a actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico. Esta competência é muito relativa, pois este “apoio” pode ser de vários tipos: material, financeiro, humano e logístico.

Pela concretização desta competência, os municípios podem atribuir auxílios a projectos educativos das escolas e aos respectivos planos de actividades, constituindo-se deste modo, uma entrada na área do currículo escolar (Pinhal, 2006).

Na lógica desta competência, de actividades complementares de acção educativa, decidi englobar também as Actividades de Enriquecimento Curricular e a Componente de Apoio à Família. No entanto, estas actividades não são meramente de apoio, pois os municípios realizam a sua promoção, organização, ou seja, gerem-nas.

Relativamente à implementação e coordenação de actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, o Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio, refere que incumbe às autarquias o dever de colaboração na implementação dos programas respectivos. Segundo o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, a transferência para os municípios das atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico é a título não universal.

Entende-se por actividades de enriquecimento curricular “(...) *as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação* (...)” e que ocorrem fora do currículo formal oficial (Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, artigo 11.º n.º 2).

Pode também ser referido o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que prevê que assegurar a componente de apoio à família na educação pré-escolar, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário, seja também uma competência dos municípios. Este serviço possui características próprias, como a flexibilidade de horário e a natureza de actividades a oferecer.

⇒ **Participação no apoio à educação extra-escolar**

Para perceber o papel dos municípios neste apoio à participação à educação extra-escolar, importa perceber em que consiste este tipo de educação. Assim, a educação extra-escolar, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto, art.º 26.º “(...) *tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimimento da sua carência.*”, integrando-se numa perspectiva de educação permanente e visando a globalidade e continuidade da acção educativa, possuindo vários vectores fundamentais.

A promoção das actividades extra-escolares e o apoio às que neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias ou de outras entidades são da competência do Estado. Existe uma estrutura desconcentrada, em que o Estado para a concretização desta responsabilidade, delega, através do Ministério da Educação, ao nível de cada município.

3.3. A intervenção para além da competência

Este ponto será dedicado, numa primeira parte, à compreensão da relação entre as autarquias, o desenvolvimento e a educação que dá sentido à intervenção das autarquias na educação. Seguidamente, será apresentado o quadro de práticas desenvolvidas relacionadas com a educação, em que as autarquias não têm obrigação legal de intervir. Por último, será desenvolvido o tema das políticas educativas locais, dando conta da definição de política pública e seguidamente da definição de políticas educativas locais, bem como os seus indicadores e a sua análise.

A par de toda a estrutura legislativa apresentada, as autarquias têm desenvolvido práticas relacionadas com a educação em que não têm obrigação legal de intervir, (Pinhal, 2003). É frente a este panorama, tendo em conta a prática municipal ao longo do tempo, que se pode afirmar que as autarquias têm andado à frente das definições legais das suas atribuições educativas, contribuindo para que a descentralização se tenha vindo a constituir como uma realidade emergente nos contextos locais (Prata, 2003).

As iniciativas das autarquias no desenvolvimento de práticas educativas, resultam da necessidade de encontrar soluções para problemas existentes, incentivando a participação democrática, de responder a algumas alterações da época contemporânea, e pela perspectiva de haver um desenvolvimento social e humano dos territórios, através da educação.

a) Autarquias – desenvolvimento - educação

Pelo que já foi descrito, percebemos que as autarquias possuem então legitimidade democrática e condições para o desenvolvimento de tarefas, sendo portanto, natural que assumam um papel - chave no desenvolvimento dos seus territórios, intervindo em vários domínios, entre os quais a educação.

É numa sociedade em constante mudança, que assistimos ao decréscimo da responsabilidade do Estado em promover e satisfazer as necessidades da comunidade, cabendo ao “local” assumir essa responsabilidade para que possa responder de forma adequada aos problemas, anseios e interesses da comunidade de modo a alcançar as expectativas nele postas. É neste sentido, que as autarquias alargam o seu campo de actuação, e de proporcionar a participação na vida pública dos cidadãos de forma a encontrar as melhores soluções.

Esta nova intervenção das autarquias, passa por se reconhecer que o desenvolvimento social e humano, é uma concretização largamente local (Pinhal, 2003). Este processo de desenvolvimento requer uma população educada, pois como refere Cabrito (1995: 145) *“(...) educação e desenvolvimento são realidades irremediavelmente ligadas, sendo impossível que aconteça desenvolvimento sem acontecer primeiro e simultaneamente educação.”*

Como refere Fernandes (2000:24) *“somente um paradigma educacional que promova o desenvolvimento global dos seres humanos, permitirá apetrechá-los com os conhecimentos e as competências necessárias à inteligibilidade da natureza e da sociedade, aumentando a eficácia do seu exercício de cidadania.”* São então os poderes autárquicos, que podem apoiar este processo, *“(...) promovendo e facilitando o empowerment das organizações e dos seus membros.”* (Pinhal, 2010:s.i.²), de forma a haver um acréscimo de poder de intervenção, individual e colectiva.

Como se irá constatar seguidamente através da apresentação das práticas de iniciativa das autarquias, a sua intervenção vai no sentido de uma acção mais globalizante, não se confinando ao aspecto formal e curricular da educação, deixando o indivíduo *“(...) ser percebido como produto de educação, como maior ou menor nível de qualificação, para passar a ser entendido como agente de desenvolvimento. Tal remete-nos (...) para a crescente valorização das políticas locais de desenvolvimento e, consequentemente, da participação cidadã.”* (Pereira, 2005:58).

b) Práticas de iniciativa das Autarquias

É nesta lógica que a educação ganha peso na programação e estratégias dos municípios, desenvolvendo todo um conjunto de acções de âmbito cultural, social, desportivo e também pedagógico, promovendo por exemplo, formação profissional, promoção da saúde, responsabilidade ecológica, criação de melhoria de situações sociais e ambientais, desenvolvendo manifestações culturais, entre outras (Louro & Fernandes, 2004), com o intuito de provocar mudanças consistentes nos referentes do desenvolvimento local e humano.

A comprovar que os municípios desenvolvem práticas que não são legalmente exigíveis, pode-se referir concretamente, algumas das suas iniciativas. Muitos municípios procederam à elaboração da carta educativa e à criação de conselhos

² Sem informação relativamente ao número de página da citação

municipais de educação, antes que tal fosse legalmente exigível (Pinhal, 2003). Também alguns municípios têm tido um papel na promoção do ensino profissional, envolvendo-se na criação e administração de escolas profissionais. Têm sido desenvolvidos projectos sócio-educativos, em parceria com outras instituições educativas, que têm contribuído para o desenvolvimento global dos alunos e para o apoio às práticas pedagógicas dos professores, através, por exemplo, da criação de ateliers de dança, expressão plástica, expressão dramática e actividades relacionadas com a formação de professores (Guedes, 2002). Há também um crescimento de investimentos relacionados com a cultura e desporto, aumentando também os serviços autárquicos relacionados com estas áreas (Pinhal, 2003).

Por último, a elaboração do Projecto Educativo Local, tem sido também uma iniciativa importante dos municípios, pois nele vem expresso o sentido da acção educativa e o modo de organizar e de resolver problemas educativos, através da definição de objectivos, finalidades e opções e estratégias (Pinhal, 2003).

Quer no que diz respeito às competências legalmente atribuídas, quer nas práticas de iniciativa própria, parece existir alguma diversidade na intervenção educativa das autarquias. Mesmo havendo uma uniformidade legislativa, essa diversidade resulta de “(...) *de diferentes necessidades, diferentes capacidades financeiras, diferentes recursos técnicos mas também de formas diferentes de encarar a intervenção autárquica a nível educativo.*” (Louro, 1999:161).

É através desta realidade descrita, que os municípios têm desenvolvido, dentro do crescimento de margens de iniciativa, práticas relacionadas com a educação em que não têm obrigação legal de intervir, e que vão no sentido de globalizar a acção educativa, articulando-a com processos de desenvolvimento.

Parece então, ser indiscutível o grande protagonismo que os municípios têm ganho, e a convicção da valorização do papel que desempenham.

c) Políticas Educativas Locais

Pela descrição das práticas municipais no âmbito educativo, quer no que respeita a competências legais quer às iniciativas dos municípios, percebe-se a pertinência, importância e diversidade das actividades desenvolvidas. Neste sentido, parece natural a emergência de políticas educativas locais.

Importa portanto, primeiramente, para obter uma visão mais global, entender o conceito de política pública, de modo a atingir, numa segunda parte a definição de política educativa local, quais os seus indicadores e como se pode proceder à sua análise.

Política Pública

Em termos gerais, o conceito de política pública, pode ser definido, segundo Afonso (2008:7) como *“(...) programas de acção promovidos pelas autoridades públicas, centrados na identificação e resolução de problemas colectivos, envolvendo não só a produção de orientações para a acção mas também a gestão da acção colectiva que concretiza essas orientações.”* Também Duran (1996), refere-se ao conceito política pública, definindo-o como *“produto dum processo social que se desenrola num tempo determinado, no interior de um quadro que delimita o tipo e o nível dos recursos através de esquemas interpretativos e escolha de valores que definem a natureza dos problemas políticos colocados e as orientações da acção.”* (cit. in Barroso, 2006:11).

A análise das políticas públicas evidenciou os processos de recomposição do papel do Estado, que continua a definir, pilotar e executar as políticas, mas agora a ter de partilhar esse papel com a intervenção crescente de múltiplas entidades e actores (Barroso, 2006), como por exemplo as autarquias. Assim, verifica-se um alargamento do conceito de política pública, sendo entendida como *“(...) conjuntos articulados de acções conduzidas por diversos actores, em diversas instâncias no âmbito de um dado campo da actividade social, orientadas para a definição e resolução de problemas colectivos.”* (Afonso, 2008:7).

Relativamente aos elementos constituintes de uma política pública, referenciados por Knoepfel (2006), para este estudo em questão, importa salientar alguns desses elementos. O primeiro, prende-se com a identificação de problemas públicos, problemas educativos da autarquia ou da comunidade local, perceber como é que os responsáveis da autarquia trazem para a praça pública esses problemas educativos. Outro elemento a ter em consideração relaciona-se com a formalização, que consiste em perceber que problematização e que soluções para que problemas, e em que normativos/decisões se encontram objectivadas, ou seja, onde essa problematização é transformada em decisão. Outros elementos importantes prendem-se com a existência de um programa de intervenção, sendo que todas as políticas têm de ter um conjunto de actividades que são

postas em marcha, e os grupos-alvo dessas políticas de intervenção, percebendo quem é afectado por essa intervenção (duplamente beneficiários e todos os que estiveram envolvidos).

Definição, emergência e análise de Políticas Educativas Locais

A participação do poder local na educação remete-o para um papel mais activo e interveniente na dinâmica educativa e na administração e planeamento da educação. Deste modo, torna-se fundamental que as autarquias estabeleçam as grandes linhas orientadoras da intervenção, onde se espelhará o sentido de acção educativa da comunidade e o seu próprio modo de se organizar e de resolver certos problemas educativos, que como já vimos, não estão apenas confinados ao sistema escolar, mas a uma intervenção mais global.

Segundo Agnès Henriot-Van Zanten, política educativa local é definida com o “(...) conjuntos coerentes de acções no domínio educativo, elaboradas de forma concertada e relativamente autónoma por certas equipas municipais.” (cit. in Pinhal, 2003:8). Ou seja, muitos municípios consideram que não se trata apenas de cumprir disciplinadamente as competências legais dentro dos parâmetros fixados pelo Estado, mas que é indispensável ter visões próprias e assumir o máximo possível em função de uma ideia pensada e construída localmente (Pinhal, 2003) o que conduz a uma territorialização e construção de uma política educativa local.

Nesta lógica, os diferentes serviços públicos, educação, saúde, ambiente, segurança social, devem articular-se localmente, pois “(...) a política educativa local é parte integrante de uma política de desenvolvimento local que promova a qualidade de vida.” (Canário, 1999:10).

Algumas são as condições referidas por Fernandes (2005), para a existência de uma política educativa local: haver uma descentralização efectiva e autonomia no sistema educativo, de modo a se poder localmente elaborar projectos e mobilizar agentes e recursos; que o âmbito de actuação vá para além das modalidades escolares de formação; a existência de uma organização flexível de serviços e projectos, estruturada em rede e de relações contratualizadas; e a criação de um fórum de participação local, onde se confrontem diferentes perspectivas.

Também Pinhal (2003) refere a existência de algumas tentativas de definir políticas educativas e culturais próprias, que estejam de acordo com a concepção sobre o bem-público local e o seu desenvolvimento, sendo que, como já dito atrás, a constituição de conselhos municipais de educação antes que isso fosse obrigatório, a existência de projectos pensados e construídos por autarquias e escolas, a criação de dispositivos de formação profissional, investimentos relacionados com a cultura, e desporto e a crescente complexidade dos serviços autárquicos na educação, cultura, desporto e tempos livres, são alguns factos que confirmam esta ideia.

Verifica-se uma uniformidade legislativa, e em simultâneo, as práticas parecem demonstrar a existência de alguma diversidade das dinâmicas educativas das autarquias. As respostas diversificadas revelam as diferentes formas de encarar a intervenção autárquica a nível educativo, embora também possam resultar de diferentes necessidades, diferentes recursos técnicos, mas também, o que, em alguns casos, poderá indicar também o surgimento de uma política educativa local (Louro & Fernandes, 2004:273).

Também a elaboração do projecto educativo local propicia a definição dos caminhos para a produção de políticas educativas locais.

O projecto educativo local serve de apoio ao sentido da acção educativa das autarquias no local. Ele é definido como “(...) *a tradução da vertente educativa do projecto de desenvolvimento local. Nele se traduzirá o conjunto de opções, princípios, finalidades, estratégias e mudanças organizacionais assumidos pela comunidade para o seu território – o território educativo (...)*” (Pinhal, 2003:s.i.³).

O Projecto Educativo Local é um instrumento de planeamento (organizacional) e de “(...) *realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade.*” (Canário, 1999:12).

É deste modo, que podemos perceber que algumas destas condições já são criadas por alguns municípios, fazendo portanto, corresponder ao surgimento de verdadeiras políticas.

Acerca das políticas educativas municipais, Agnès Henriot (1994), propõe a realização de uma análise, através da distinção entre duas dimensões, a cultural e a

³ Sem informação relativamente ao número de página da citação

instrumental. Segundo esta autora, a dimensão cultural refere-se à “(...) *assunção de valores que sirvam de suporte a novos modelos de referência e a novos empenhamentos.*” (cit. Pinhal 2003:6), ou seja, relaciona-se com uma mobilização simbólica, que pode ser ilustrada por exemplo, pelo desenvolvimento de actividades culturais, ou a promoção de dispositivos de parceria para a discussão de novos projectos e novos modos de organização e funcionamento do sistema educativo local. A dimensão instrumental refere-se à “(...) *disponibilização e utilização de recursos que permitam construir quadros de acção comum.*” (cit. Pinhal, 2003:6). Como exemplos desta última dimensão, temos a construção de novas escolas, fornecimento de novos equipamentos ou o lançamento de programas de compensação educativa. Percebemos, então, que esta dimensão está mais dependente de disponibilidades humanas e financeiras.

Na lógica das políticas educativas locais, torna-se também importante fazer referência ao conceito de cidade educadora, isto porque, entende-se que o conceito de cidade dá unidade ao sistema humano, social, cultural em que os homens vivem e interagem, oferecendo importantes elementos para uma formação integral. Ora, deste modo, “(...) *ao chamar-se a atenção para o papel educativo da cidade, há uma instituição que é convocada para assumir a liderança na coordenação e dinamização de uma política educativa com base neste espaço urbano: essa instituição é o município*” (Fernandes, 2005:199).

Aos municípios são atribuídas responsabilidades e tarefas específicas com vista a potenciar a possibilidade e realização educativa da cidade e clarificar o papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades. A regulação da função educadora da cidade pode assumir diferentes formas, podendo o município assumir uma diversidade de papéis. Assim, “ (...) *os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverá prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.*” (Carta das Cidades Educadoras, 2004, 5º princípio).

4. A investigação sobre a relação autarquias – educação

No âmbito da produção académica, vários são os estudos realizados sobre a temática relacionada com as autarquias - educação, concretamente investigações que se dedicaram ao estudo da intervenção das autarquias na educação e na inferência de uma possível construção de políticas educativas. Assim, de seguida será apresentada a produção académica mais pertinente a ter em conta neste campo.

Primeiramente, pode ser referenciado o estudo de Paulo Louro (1999), que analisa a intervenção de alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa em matéria educativa. Este estudo pretende perceber a diversidade de respostas apresentadas pelos municípios, quer em matéria de competências legais, quer no que diz respeito a intervenções da responsabilidade exclusiva da própria autarquia. Os dados apresentados, dão conta dos meios financeiros, materiais e humanos com que contam as autarquias e das políticas que vêm desenvolvidas e da existência ou não, de uma dimensão local na construção das políticas.

Também a dissertação de mestrado de Graça Guedes (2002), pode ser indicada neste âmbito, sendo que é um estudo acerca das políticas educativas municipais da Área Metropolitana de Lisboa, centrado no caso dos projectos educativos, que encontrou alguns indicadores que podem indiciar a existência de uma política educativa municipal.

Numa outra perspectiva, mas ainda no âmbito da relação autarquias-educação, o estudo de Manuela Prata (2003), teve como objectivo captar a intervenção de uma autarquia na área da educação focando-se nos processos de interacção que esta estabelece com a comunidade escolar, através das suas relações e acções estratégicas, e dos processos de participação na definição e implementação de políticas locais de educação. Este estudo reforça a ideia de que o poder local pode desempenhar um papel facilitador nos processos educativos.

Também o estudo realizado por Pinhal (2003), prendeu-se com uma investigação levada a cabo para procurar responder às questões acerca do alcance das acções municipais. Para tal, são apresentados alguns dados relativos à actividade dos municípios, como o peso da educação na despesa municipal, a educação pré-escolar, projectos educativos, ensino profissional, carta educativa, e conselhos locais de educação. Com estas informações, concluiu-se acerca das competências e nas não-

competências, e da perspectiva de se pensar na existência de uma política educativa local.

Vários são os estudos de António Sousa Fernandes (2003; 2005), que apresentam os contextos da intervenção educativa local, fazendo referência às políticas educativas, à cidade educadora e ao município, e à experiência dos municípios portugueses, através da evolução da regulação normativa das atribuições municipais na educação e das efectivas intervenções municipais no âmbito educativo.

Outro estudo, realizado por Paulo Louro e Pedro Aires Fernandes (2004), também se torna importante a ter em consideração, visto se prender com o estudo da intervenção autárquica no campo educativo de um município da Área Metropolitana de Lisboa, tendo como objectivo proceder a uma análise da intervenção da autarquia em estudo, para se inferir a possível construção de uma política educativa.

Neste âmbito, outro estudo a ter em consideração, é o estudo de caso de João Evangelista (2004), que teve como objectivo olhar a organização escolar como sistema de acção concreto onde se desenvolve a relação escola-autarquia. Neste estudo foi utilizada uma abordagem política de forma a descrever, analisar e compreender a participação do actor autárquico na organização escolar.

É também de referenciar o estudo de Sofia Pereira (2005), que teve como ponto de partida reflectir sobre a interacção entre educação e território, ou seja, sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento integrado dos meios urbanos, bem como nas potencialidades que esses mesmos meios urbanos apresentam (ou não) em termos educativos. A autora foca o facto de o desenvolvimento passar a ser perspectivado a nível local, enquanto processo que assenta na participação cidadã e na rentabilização dos recursos.

Por último, Alzira Bota (2008), no seu estudo acerca da organização e funcionamento de plano de acção cultural da Câmara de Almada, reforça que no panorama das políticas educativas locais, as autarquias têm procurado desenvolver actividades no sentido da melhoria das condições do ensino a nível do território. Este estudo tem como um dos objectivos relacionar a política educativa da autarquia com os objectivos do Plano de Acção Cultural da Câmara de Almada.

Capítulo II - A instituição de acolhimento: Câmara Municipal de Alenquer

Para proceder à caracterização dos locais de estágio e do objecto de estudo relativamente ao projecto de investigação, torna-se necessário apresentar uma descrição das principais características destas organizações. Para tal, serão apresentadas de forma detalhada os parâmetros que caracterizam as organizações, nomeadamente o ambiente e a estrutura organizacional.

Sendo que são duas as organizações a apresentar, e que são diferentes entre si, este ponto deveria ser então dividido em dois. No entanto, um parâmetro de caracterização é comum às duas organizações. Assim sendo, por uma questão de coerência, não irei repetir esse assunto em cada ponto relativo a cada organização, decidindo assim, que haja um primeiro ponto denominado de “Ambiente Local”.

1. O Ambiente local das organizações

Para conhecer as organizações, devemos analisá-las em todos os domínios onde esta se insere. Um desses domínios é o estudo do ambiente local, que é o parâmetro que contextualiza as organizações.

Como os dois locais de estágio e de objecto de estudo relativamente ao projecto de investigação têm em comum o ambiente organizacional externo, procedi em primeira instância à sua descrição, e então depois apresentarei separadamente os dois locais de estágios relativamente aos outros parâmetros.

O Ambiente Local tem que ver com o contexto externo que circunda os limites territoriais das organizações. Esta análise, que será apresentada de seguida, baseia-se na explicitação de vários elementos.

→ Caracterização Geodemográfica

As duas organizações situam-se no concelho de Alenquer. Este concelho faz parte do distrito de Lisboa, sendo o terceiro maior. Fica a 36 km da capital, situado na província da Estremadura, tendo uma área de 302 km². É limitado a norte pelo concelho

do Cadaval, a sul pelos concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, a oeste pelo concelho de Torres Vedras e este pelo concelho da Azambuja.

Actualmente, o concelho está repartido pelas seguintes 16 freguesias: Abrigada, Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Cadafais, Carnota, Carregado, Meca, Olhalvo, Ota, Pereiro de Palhacana, Ribafria, Santo Estêvão, Triana, Ventosa e Vila Verde dos Francos.

O concelho de Alenquer possui mais de 39 mil habitantes, mas o crescimento demográfico não é uma realidade para todas as freguesias do concelho, tendo algumas visto a sua população residente a diminuir. Em contrapartida, outras freguesias registaram um aumento populacional bastante acentuado.

→ **Introdução histórica**

O concelho de Alenquer desempenhou um papel preponderante em cada época, em cada momento, da História de Portugal. Desses tempos ficaram vestígios materiais, lendas, memórias e tradições, que fazem hoje todo o património deste concelho.

Vários são os vestígios que levam a acreditar que Alenquer esteve sob o domínio romano, invasões bárbaras, domínio árabe e reconquista cristã.

Alenquer foi conquistada, em 1148, por D. Afonso Henriques. Posteriormente D. Sancho I mandou-a povoar, sendo que foi sua filha D. Sancha que concedeu o seu primeiro foral em 1212, tendo também sido a fundadora do Convento de S. Francisco.

Quem visita o concelho de Alenquer pode conhecer o Convento e Igreja de S. Francisco e várias igrejas, monumentos e edifícios que apelam à história de Portugal.

Muitas são as figuras ilustres nascidas no concelho ou relacionadas com este. Damião de Goes é a figura mais insigne Alenquerense, tendo nascido e morrido em Alenquer. Também Pêro de Alenquer, navegador que dobrou o Cabo da Boa Esperança, é “filho da vila”. Também se supõe que Luís Vaz de Camões, nasceu em Alenquer.

→ **Caracterização cultural**

Vários são os museus existentes no concelho. A Casa Museu Palmira Bastos, é a casa onde nasceu Palmira Bastos, estando instalada aí a sede da junta e um museu que recorda o passado artístico da actriz, expondo peças particulares, vestuário e fotografias. Também existe o Museu do Vinho que expõe, dá a provar e permite a aquisição dos melhores vinhos da região, bem como tem uma exposição relativa à evolução das técnicas e instrumentos associados à produção vitivinícola, um auditório e espaço para

provas e concursos. O Museu João Mário é dedicado às artes plásticas, onde tem expostas cerca de 400 obras de artistas nacionais e estrangeiros, incluindo obras suas. O auditório do museu recebe colóquios onde decorrem palestras, constituindo um espaço de intervenção cultural. Por último, o Museu Municipal Hipólito Cabaço que expõe o espólio de Hipólito Cabaço, constituído por cerca de quinze mil objectos.

Existe uma Biblioteca Municipal, e seis pólos em todo o concelho, e o Auditório Damião de Góis, onde são dinamizadas actividades (workshops e ateliês) e apresentados espectáculos diversos (teatros, danças, cinema).

Existem no concelho 83 colectividades, das quais fazem parte 4 bandas de música, 5 escolas de música e 10 ranchos folclóricos. Existe uma rádio local intitulada “Rádio Voz de Alenquer” e um jornal “Nova Verdade”.

O concelho apresenta potencialidades associativas, pode-se verificar a presença de associações culturais, recreativas e desportivas que desenvolvem inúmeras actividades. Tem também as suas tradições e festas de carácter religioso ou popular como: o Cantar dos Reis, Culto da Sãozinha, Procissões dos Passos, Quinta-feira da Ascensão e o Presépio de Alenquer.

→ **Caracterização socio-económica**

O concelho de Alenquer, pode ser visto, em traços gerais, como um espaço em processo de expansão, sobretudo urbanisticamente, e em que a base económica é fortemente marcada pela agricultura, em especial a vinha e o vinho. A velha agricultura vive paredes-meias com o comércio tradicional e um expressivo parque industrial. Há cerca de seis anos começaram a instalar-se grandes superfícies comerciais.

Ao nível dos sectores de actividade, o sector primário, sendo as principais actividades a agricultura, pecuária e silvicultura, apresenta ainda algum peso no concelho, no entanto, crê-se que na próxima década este sector possa vir a registar um declínio acentuado. O sector secundário é caracterizado sobretudo pela indústria extractiva (pedreiras de calcário), a indústria transformadora, e a Construção. O sector terciário caracteriza-se pelo comércio e serviços, transportes e logística e em expansão o turismo.

Alenquer caracteriza-se pelo um elevado dinamismo económico, que se sustentou no crescimento do número de unidade empresariais, bem como do seu volume global de emprego. A mão-de-obra do concelho é caracterizada pela predominância dos

escalões etários mais jovens, nomeadamente dos 20 aos 30 anos e está a evoluir significativamente para níveis de habilitação e qualificação mais elevados.

A evolução tem vindo a ser condicionada pelo posicionamento territorial do concelho em relação à Área Metropolitana de Lisboa, principal centro de produção e consumo do país. Esta circunstância, muito ligada à proximidade geográfica e à crescente dotação em matéria de infra-estruturas de transporte, conferiu a Alenquer uma significativa vantagem competitiva com efeitos na criação de importantes dinâmicas de desenvolvimento.

→ Caracterização educacional

O concelho de Alenquer é servido por um parque escolar constituído por 23 escolas a funcionar. De seguida será apresentada (quadro 5) a tipologia dos Estabelecimentos de Ensino no Concelho público e privado, do Ano Lectivo 2009/2010.

Freguesia	J.I.	E.B.1/J.I.	E.B.1	E.B.I.	E.B. 2,3	E.S.
Abrigada	2	-	2	1	-	-
A.Galega	-	1	2	-	1	-
A. Gavinha	1	-	1	-	-	-
C. Torres	1	-	2	-	-	-
Cadafais	1	1	1	-	-	-
Carregado	1	-	3	1	-	-
Meca	1	-	1	-	-	-
Olhalvo	1	-	2	-	-	-
Ota	-	1	-	-	-	-
P. Palhacana	1	-	1	-	-	-
Ribafria	-	1	1	-	-	-
S. Carnota	-	1	2	-	-	-
St.º Estêvão	3	1	1	-	1	1
Triana	-	-	2	-	-	-
Ventosa	-	2	-	-	-	-
V.V. Francos	1	-	2	-	-	-
Total	13	8	23	2	2	1

Quadro 5 - Tipologia dos estabelecimentos de ensino no Concelho de Alenquer

Relativamente à organização da rede educativa pública, pode-se referir a existência de 4 Agrupamentos de escolas: Abrigada, Carregado, Pêro de Alenquer e Visconde de Chancelheiros. O Agrupamento de escola de Abrigada possui 12 estabelecimentos de ensino e um total de 817 alunos. O Agrupamento do Carregado tem um total de 1413 alunos distribuídos por 10 estabelecimentos de ensino. O

Agrupamento com o maior número de alunos é o Agrupamento Pêro de Alenquer, 1679, e possui 11 estabelecimentos de ensino. Por último, o Agrupamento com maior número de estabelecimentos de ensino é o Agrupamento Visconde de Chancelheiros, 22, e tem um total de 872 alunos.

O nível de ensino detido pela população residente, segundo os resultados dos Censos 2001, o concelho de Alenquer apresenta uma taxa de 16,6% de população residente sem nenhuma escolarização. O nível de ensino que apresenta a taxa mais elevada de escolarização é o 1.º CEB (38%), e o ensino médio e superior detêm as taxas mais baixas, 0,5% e 6,6%, respectivamente. Relativamente ao 2.º e 3.º CEB, a taxa registada foi de 22,3%.

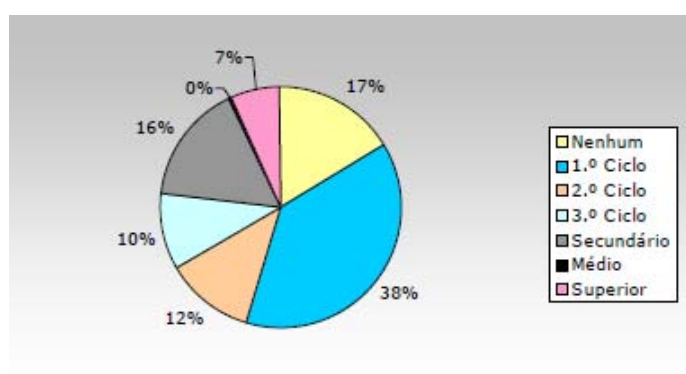


Gráfico 1 – Nível de ensino atingido pela população residente no Concelho de Alenquer (2001)

Relativamente à taxa de analfabetismo, pese embora a redução de 4,4% verificada entre 1991 e 2001, a taxa atingida em 2001 foi de 11,7%. Comparando a evolução da taxa de analfabetismo no concelho com a da região Oeste, verifica-se que em 2001, a média do concelho é 1% superior à da região Oeste e 2,7% superior à média nacional.

2. A Câmara Municipal de Alenquer

O município Alenquer é uma autarquia dotada de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios da sua população. De seguida apresentarei a origem e história do palácio Municipal de Alenquer, a sua missão, valores e visão e a sua estrutura organizacional.

→ **Origem e história dos Paços do Concelho**

Na segunda metade do século XIX, a zona medieval da Vila Alta de Alenquer, sofreu alterações profundas. Entre outras construções, a grande transformação correspondeu à edificação da nova sede Municipal. Sendo que a antiga Casa Municipal acusava deficiências funcionais e degradações, os vereadores de então deliberaram proceder à construção de um edifício onde se acomodassem todas as repartições públicas.

A grande obra foi concluída nos finais do ano de 1889, e a sua inauguração teve lugar em 2 de Janeiro de 1890. O edifício da Câmara Municipal de Alenquer foi projectado nos moldes da arquitectura portuguesa nos finais do século XIX, com algumas marcas revivalistas e neoclássicas e forma um quadrilátero quase perfeito.

Para além das outras divisões da Câmara onde se prestam serviços, também possui uma sala nobre de sessões e uma sala de reuniões onde antes funcionava o recinto de audiências do Tribunal da Comarca.

Com o passar do tempo, este edifício já necessitou de remodelações, e o quartel da G.N.R., as instalações das Finanças e da Tesouraria da fazenda Pública, o Tribunal, e as Conservatórias foram deslocados para outros locais da vila.

→ **Missão, valores e visão**

A Câmara Municipal de Alenquer tem por missão planear, organizar e implementar políticas municipais conducentes à qualidade de vida no concelho e, simultaneamente, prestar um serviço de qualidade aos seus munícipes.

Os valores que orientam a actuação dos serviços da Câmara Municipal de Alenquer são:

- Desempenho - formação profissional adequada para apostar em trabalhadores competentes e motivados que respondam em termos de prazos e qualidade do acto;
- Eficácia - na resposta pelos resultados e/ou no atingir dos objectivos pessoais propostos, no controlo orçamental e organizacional sobre actos administrativos, no respeito pela legalidade dos procedimentos;
- Integridade - exigência em elevados padrões de ética;
- Qualidade - prestação de serviços expeditos, modernos, descentralizados e com qualidade;

A visão, da qual emana a estratégia de desenvolvimento do concelho de Alenquer, consigna os seguintes princípios:

- Competitividade - maximizar e otimizar factores que potenciem, e de uma forma sustentada, a inclusão social, o crescimento económico, a modernidade e a inovação;
- Coesão - adoptar medidas organizacionais fomentadoras de rigor, equidade social e económica, passíveis de minorar e evitar todo o tipo de assimetrias, nomeadamente as territoriais;
- Sustentabilidade - fomentar formas de progresso susceptíveis de suprir as actuais necessidades do município sem que esse desiderato comprometa o alcance das mesmas por parte das gerações vindouras.

→ Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é o conjunto de elementos que servem de base de uma organização sendo responsáveis pela gestão, distribuição e coordenação de funções, promovendo assim o funcionamento da organização e da comunidade que nela trabalha, atendendo às relações estabelecidas no cerne da unidade.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal pode ser apresentada por dois eixos de análise: a estrutura orgânica e a estrutura humana.

Relativamente à estrutura orgânica, no anexo 1 encontra-se o organograma da Câmara Municipal de Alenquer, que apresenta o sistema pelo qual a organização se rege no sentido da sua constituição orgânica.

Em relação à estrutura humana da organização, encontra-se no anexo 2 os mapas de pessoal da Câmara Municipal de Alenquer, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que apresenta o modo como as pessoas estão distribuídas pelos diversos órgãos da estrutura orgânica.

Ao fazer uma análise relativamente às diferentes dimensões da estrutura organizacional (Pruaño, 2003) da Câmara Municipal de Alenquer, pode-se verificar que há um alto nível de formalização, uma vez que são fixadas por escrito especificações, através de regulamentos, protocolos e procedimentos, que determinam as tarefas na organização. Como se pode constatar, através do organograma esta organização possui um alto nível de complexidade, existindo múltiplos graus de especialização (divisão do trabalho, os níveis hierárquicos), havendo bastante diferenciação interna, (departamentos, divisão, gabinetes). Por último, existe uma grande centralização do poder, onde a tomada de decisões tende a corresponder aos níveis mais altos da organização, Presidente da Câmara e Vereadores.

Deste modo, podemos concluir que a forma organizativa da Câmara Municipal de Alenquer é mecanicista.

3. O Jardim-de-infância do Centro Escolar de Alenquer

O Jardim-de-infância pertence ao Centro Escolar de Alenquer, e é um estabelecimento oficial da rede pública, inaugurado em Janeiro de 2009, situa-se na vila de Alenquer, sede do concelho com o mesmo nome, e pertence ao Agrupamento de Escolas Pêro de Alenquer.

O Centro Escolar dispõe de salas para o Jardim-de-infância e para o 1º ciclo, e encontra-se equipado com uma biblioteca, um ginásio e um refeitório, que são comuns ao pré-escolar e 1º ciclo.

Sendo que o estágio decorreu na parte do pré-escolar, esta caracterização irá incidir apenas no Jardim-de-infância.

O pré-escolar, é constituído por 9 salas, em que 4 delas possuem porta de acesso ao parque exterior do Jardim-de-infância, outras 3 ao parque exterior do 1º ciclo, e as restantes, têm acesso aos parques interiores.

As salas são espaços agradáveis que dispõem de iluminação natural, em virtude da existência de amplas janelas. As salas dispõem ainda de armários para arrumação, e o mobiliário está adaptado e modelado de forma a tornar-se adequado às idades e estruturas das crianças. As casas de banho são comuns às 9 salas, situadas no corredor.

No piso das salas, existe uma sala polivalente onde são desenvolvidas as actividades da componente de apoio à família. No 1º piso estão instalados os gabinetes da coordenadora, de coordenação pedagógica, de direcção, uma sala de isolamento, uma sala de reuniões de educadores, uma sala cedida à Associação de Pais do Agrupamento e uma sala de apoio às actividades da componente de apoio a família.

O horário lectivo das salas é das 9 horas às 12 horas e das 13 horas às 15 horas. O horário não lectivo é das 8 horas às 9 horas, das 12 horas às 13 horas, e das 15 horas às 18:30 minutos, e é assegurado pelos serviços do Gabinete de Apoio à Educação da Câmara Municipal de Alenquer, onde são dinamizadas actividades de animação sócio-educativa, do prolongamento de horário da Componente de Apoio à Família.

Relativamente ao quadro docente, este é constituído por nove educadoras, uma para cada sala. Em relação ao pessoal não docente, este é constituído por treze

assistentes operacionais, que dividem tarefas entre: a componente de apoio à família (prolongamento de horário e refeições), acompanhamento das crianças nos transportes e apoio às salas das Educadoras.

Para uma caracterização geral dos alunos, pode-se referir a sua distribuição pelas salas, através da idade e do número total das crianças de cada sala (quadro 6), os alunos que usufruem da componente de apoio à família (quadro 7), e número de alunos que usufruem do serviço de transporte, que são quarenta e sete no total.

Salas	Idades				Total
	3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	
1	6	0	19	0	25
2	3	3	19	0	25
3	2	11	6	1	20
4	1	10	9	0	20
5	5	6	14	0	25
6	1	8	15	1	25
7	0	11	14	0	25
8	0	5	11	4	20
9	3	9	8	0	20

Quadro 6 – Distribuição dos alunos pelas salas

Salas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
Refeição	25	24	19	16	25	24	21	19	17	190
Prolongamento	19	13	12	14	19	11	19	13	12	132

Quadro 7 – Alunos que usufruem da Componente de Apoio à Família

PARTE II

UM ESTÁGIO NUM MUNICÍPIO

1. Estágio de natureza curricular

No âmbito do estágio de natureza curricular, relativo ao mestrado de Ciências da Educação, na área de Administração Educacional, surge este relatório final de estágio.

O estágio pretende o transfert de conhecimentos entre a experiência, através de situações reais, a formação e vice-versa. O seu propósito fundamental é completar a formação com o contacto com profissionais em exercício no seio das organizações. Esta modalidade pretende ainda estimular capacidades de reflexão, de análise, de síntese e de conceptualização e desenvolver capacidades relacionais de comunicação e de trabalho em equipa. Este completa o processo ensino – aprendizagem e incentiva a busca do aprimoramento pessoal e profissional.

Os objectivos do estágio passam pelo conhecimento da uma organização em vários domínios, pelo exercício de diferentes actividades desenvolvidas pela instituição, e o desenvolvimento de um projecto integrado a partir da realidade observada.

Não basta possuir os conhecimentos adquiridos no currículo formal, mas há que saber mobilizá-los de modo adequado, aplicando-os no momento oportuno. Deste modo, o estágio permite o desenvolvimento de competências profissionais, saber, saber-estar e saber-ser.

Para a prática das actividades de estágio torna-se necessário um local que acolha o estagiário. No meu caso, o local de estágio foi a Câmara Municipal de Alenquer. No entanto como fui inserida num projecto a ser aplicado nas escolas, também o Jardim de Infância do Centro Escolar de Alenquer deve ser incluído como local de estágio. A caracterização destas organizações, foi apresentada no capítulo anterior no ponto relativo ao enquadramento institucional.

Assim, numa primeira parte, irei apresentar os objectivos do estágio, numa segunda parte irei fazer referência à composição e organização do estágio, e por último, irei proceder à descrição das actividades como técnica superior de educação.

2. Objectivos do estágio

Neste ponto do trabalho, pretendo apresentar numa primeira parte, os objectivos a cumprir durante o estágio profissional, de seguida, em que consistiu (composição e

organização) e por último, descrever as actividades desenvolvidas e propostas nas organizações.

Vários foram os objectivos que me propus a cumprir durante o estágio, e que deram sentido à sua concretização. Assim os objectivos traçados foram:

- Adquirir contacto com a realidade profissional;
- Adaptar-me ao contexto de trabalho, aprendendo a trabalhar em equipa e desenvolver uma boa relação com todos os membros da organização;
- Desenvolver um saber profissional marcado pela autonomia técnica, iniciativa, e pelo sentido de responsabilidade;
- Consolidar e desenvolver as competências profissionais adquiridas ao nível da preparação académica, bem como a aquisição de novos conhecimentos, capacidades e competências (de reflexão, de análise, de síntese e de conceptualização);
- Responder com profissionalismo a todas as tarefas distribuídas;
- Cumprir as regras laborais em vigor no respectivo local de trabalho, designadamente no que se refere à assiduidade e à pontualidade;
- Mobilizar um conjunto de “recursos” ao nível do saber, saber-fazer e saber-ser.

3. Composição e organização do estágio de natureza profissional

Sendo que um estágio pressupõe o desenvolvimento de actividades na área de estudos, neste caso, pretendia-se desenvolver actividades de uma técnica superior de educação e, mais especificamente na área do mestrado, Administração Educacional. Assim, a organização acolhedora foi a Câmara Municipal de Alenquer.

Fui integrada num projecto denominado “Componente de Apoio à Família”, que constitui uma das competências dos municípios em matéria da educação (Decreto-lei nº144/2008 art.º 2º, nº1). Como este projecto é relativo aos estabelecimentos de educação pré-escolar, o estágio decorreu numa outra organização, o Jardim-de-infância do Centro Escolar de Paredes.

No dia 5 de Outubro de 2009 iniciou-se o meu estágio, no Jardim-de-Infância do Centro escolar de Paredes. Mais tarde, iniciei em Fevereiro de 2010, o meu estágio também na Câmara Municipal de Alenquer, na divisão de Potencial Humano,

Educação/Juventude. A pessoa responsável pelo estágio foi a Chefe de Divisão do Potencial Humano, Tânia Esteves. O estágio terminou a 5 de Junho de 2010.

Assim, de Outubro de 2009 a Junho de 2010 desenvolvi actividades no jardim-de-infância, perfazendo um total de oito meses. Na Câmara Municipal de Alenquer permaneci quatro meses, ou seja, de Fevereiro de 2010 a Junho 2010.

O tempo de trabalho foi distribuído pela semana de acordo com as actividades a desenvolver. O quadro 8 representa o horário do estágio dos dois locais em que estagiei.



HORAS	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
9-10 H		CMA	CMA		
10-11 H	Jl	CMA	CMA		
11- 12 H	Jl	CMA	CMA		
12-13 H	Jl				
13-14 H					
14-15 H					
15-16 H	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl
16-17 H	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl
17-18 H	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl

Quadro 8 – Horário do estágio

Durante a semana, encontrava-me a desenvolver actividades no jardim-de-infância durante 18 horas, e na Câmara Municipal de Alenquer durante 6 horas. O total das horas semanais perfaz um total de 24 horas semanais.

No geral este horário era fixo, no entanto, consoante algumas actividades a desenvolver, havia a necessidade de o alterar.

Uma vez que me encontrei em dois locais de estágio diferentes, de seguida apresentarei um resumo da organização do mesmo, de acordo com o trabalho a desenvolver, a duração, e o acompanhamento no local do estágio (quadro 9). As actividades específicas que desenvolvi, serão desenvolvidas no ponto a seguir.

Organização do estágio		
Local de estágio	→ Jardim-de-infância do Centro Escolar de Alenquer. 	→ Câmara Municipal de Alenquer. 
Actividade geral	→ Dinamização de actividades sócio-educativas integradas no prolongamento de horário da CAF.	→ Actividades diversas relacionadas com a Administração Escolar na divisão de Potencial Humano, Educação/Juventude.
Duração	→ 8 Meses - 18 Horas semanais.	→ 4 Meses - 6 Horas semanais.
Acompanhamento no local	→ Animadora Sócio-cultural Dr. ^a Catarina Esteves.	→ Chefe da Divisão do Potencial Humano - Dr. ^a Tânia Esteves.

Quadro 9 – Resumo da organização do estágio

4. Plano de actividades desenvolvidas e a sua contextualização

As actividades desenvolvidas, em ambos os locais de estágio, possuíam naturezas diferentes, de acordo com o contexto da realização das mesmas. Deste modo, a apresentação das actividades desenvolvidas será apresentada de forma separada. Numa primeira parte procederei à descrição das actividades desenvolvidas no jardim-de-infância, e seguidamente na Câmara Municipal de Alenquer.

4.1. Actividades desenvolvidas e propostas no Jardim-de-infância

O estágio no jardim-de-infância teve como objectivo a concretização do prolongamento de horário da Componente de Apoio à Família. Para uma melhor compreensão das actividades que exerci neste âmbito torna-se importante proceder a uma breve contextualização de forma a perceber em que moldes desempenhei as minhas funções.

A Componente de Apoio à Família é uma competência dos municípios, segundo o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho. Esta possui duas vertentes: o fornecimento de refeições e o apoio ao prolongamento de horário pré-escolar. O serviço de refeições refere-se aos almoços atribuídos às crianças, e o prolongamento de horário prende-se com a realização de actividades de animação sócio-educativa. Estas actividades têm como objectivo o fruir, sendo por isso importante que seja um tempo de prazer e satisfação, sendo mais solto, íntimo, menos estruturado, e portanto mais informal. Estas actividades podem permitir o desenvolvimento de práticas não contempladas no currículo formal, mas podem possibilitar o desenvolvimento de aprendizagem com qualidade através de tarefas estimulantes e com potencial pedagógico.

Assim, as minhas actividades, prenderam-se com as tarefas que estão inerentes e que envolvem a concretização do prolongamento de horário da Componente de Apoio à Família. Para uma melhor compreensão das actividades desenvolvidas e o trabalho que envolveram, apresentarei de seguida o quadro 10 com a actividade geral, as tarefas inerentes e os recursos utilizados.

Actividades	Tarefas inerentes	Recursos
Realização de um plano do funcionamento e organização do Prolongamento de Horário da Componente de Apoio à Família (Anexo 3)	• Realizar leituras e proceder ao estudo de documentos da competência: Componente de Apoio à família;	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos legais (Leis, Decretos...); • Documentos do Jardim-de-infância; • Bibliografia sobre o tema; • Notas de campo.
	• Observar o funcionamento da organização do prolongamento de horário;	
	• Fazer o levantamento e recolha de informações acerca das actividades desenvolvidas;	
	• Analisar e tratar a informação recolhida;	
	• Realizar um documento acerca da Componente de Apoio à Família: <ul style="list-style-type: none"> → Caracterização; → Plano de funcionamento e organização. 	
	• Apresentar o documento realizado;	
Realização das actividades de animação sócio-educativa do Prolongamento de Horário	• Proceder a um trabalho de pesquisa sobre actividades/técnicas de várias áreas (música e dança, expressão plástica, expressão dramática, animação da leitura);	<ul style="list-style-type: none"> • Livros temáticos para crianças do pré-escolar; • Grelhas de planificação; • Materiais necessários à concretização das actividades sócio-educativas; • Notas de campo; • Fotografias.
	• Planificar todas as semanas, as actividades a concretizar nas várias áreas disponíveis (Anexo 4);	
	• Preparar, com antecedência, recursos e/ou trabalhos necessários para a concretização das actividades previstas;	
	• Dinamizar actividades de animação sócio-educativa;	
	• Registo das actividades realizadas com as crianças;	
	• Realizar reuniões para discussão/avaliação das actividades realizadas.	

Quadro 10 – Actividades desenvolvidas no estágio do Jardim-de-infância

Durante o estágio, propus várias actividades que iam para além do que me foi solicitado. As actividades propostas prenderam-se com a realização de um portefólio digital, denominado “Pequenas Pegadas” e a elaboração do orçamento do serviço da Componente de Apoio à Família.

Vários foram os fundamentos para a execução destas actividades. Primeiramente, uma vez que me encontrava completamente envolvida neste projecto, pois percorri todas as suas etapas, foi importante ter uma atitude pró-activa. O meu objectivo foi no sentido de complementar o trabalho que estava a desenvolver na organização, e que iria possibilitar uma melhor compreensão das actividades do estágio, tomando um conhecimento mais amplo acerca de tudo o que envolve um projecto desta natureza, e mais profundo, uma vez que iria trabalhar várias questões relacionadas com o serviço em questão. A minha perspectiva com a realização destas actividades era obter uma visão mais realista acerca desta competência das autarquias.

Outra razão, foi enriquecer o estágio, e portanto, tentei que estas duas propostas de actividades se relacionassem de algum modo com as aprendizagens feitas ao longo dos estudos de Administração Educacional.

Para que o projecto “Pequenas Pegadas” fosse aceite, realizei uma proposta de projecto que se encontra no anexo 5. O projecto foi aceite, e o resultado final encontra-se num CD com o portfólio digital no anexo 6. A realização do orçamento do serviço da Componente de Apoio à Família, com a sua apresentação e explicação encontra-se no anexo 7.

De forma a dar a conhecer melhor estas actividades propostas por mim, de seguida, apresentarei um quadro que mostra em que consistem, quais os seus propósitos, que tarefas foi necessário realizar, quais os recursos utilizados, e de que forma se relacionam com a área de estudos Administração Educacional.

	Concretização do projecto “Pequenas Pegadas”	Elaboração de um orçamento
Em que consiste?	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir um portfólio digital composto pela exibição de fotografias, vídeos e texto, das actividades que as crianças foram efectuando ao longo do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um orçamento do serviço, tendo em conta as fontes de financiamento e a contribuição de cada uma delas.
Que objectivos?	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar as actividades que são dinamizadas com as crianças; • Dar a conhecer a natureza do trabalho realizado durante as actividades; • Possibilitar a reflexão sobre as práticas de quem dinamiza as actividades; • Apresentar o que de melhor se concretizou, para que haja um aproveitamento no futuro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter a noção de quanto custa o serviço em estudo; • Perceber quais são as fontes de financiamento do serviço; • Saber qual é o tributo dado ao financiamento.
Quais as tarefas inerentes?	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher informação acerca das actividades (que actividades? que objectivos? que avaliação?); • Recolher elementos multimédia (fotos, sons, vídeos...); • Seleccionar o material obtido; • Realizar o portfólio propriamente dito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher dados que permitam tomar conhecimento acerca do orçamento do serviço, através de contas do município; • Analisar as informações obtidas; • Produzir um documento escrito, o orçamento, com a descrição das fontes de financiamento, e os valores atribuídos a cada despesa.
Quais os recursos necessários?	<ul style="list-style-type: none"> • Planificação das actividades; • Recursos multimédia (máquina fotográfica, gravador, máquina de filmar, computador...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos relacionados com as fontes de financiamento e as despesas do serviço; • Resultados de conversas informais relacionados com o orçamento do serviço.
Que relação com a Administração Educacional?	<ul style="list-style-type: none"> • Intuito de trabalhar o marketing educativo do estabelecimento de ensino, havendo a preocupação com a centralidade do cliente e das suas percepções tendo um cuidado especial com a imagem da organização educativa fornecedora do serviço educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A elaboração de um orçamento é um plano financeiro estratégico de administração, neste caso da CAF, ou uma componente importante do projecto educativo.

Quadro 11 – Actividades propostas no estágio do Jardim-de-infância

4.2. Actividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Alenquer

O estágio na Câmara Municipal de Alenquer, teve como objectivo, poder realizar algumas tarefas administrativas. No entanto, por questões de organização da Divisão de Potencial Humano, Educação/Juventude, não necessitariam de alguém a exercer funções neste âmbito. Deste modo, o estágio iniciou-se na condição de poder adquirir uma perspectiva do seu funcionamento, e poder desenvolver alguma actividade que entretanto pudesse surgir. Assim sendo, de seguida apresento no quadro 12 as actividades gerais que realizei na Divisão do Potencial Humano, Educação/Juventude da Câmara Municipal de Alenquer, bem como as tarefas e os recursos necessários à concretização das mesmas.

Actividades	Tarefas inerentes	Recursos
Compreensão da organização e funcionamento da Divisão de PH, Educação/Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Observação dos funcionários em actividade; • Análise de dossiers e documentos acerca das actividades que a divisão desenvolve. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dossiers e documentos da divisão.
Revisão de dois documentos: → Regimento do CME → Lista de contactos dos estabelecimentos de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder a alterações do Regimento do CM; • Introduzir as alterações e redigir o documento; • Confirmar os contactos dos estabelecimentos de ensino; • Criar uma base de dados, tendo em conta o critério por agrupamentos e nível de ensino, dos contactos das escolas do concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Regimento (antigo) do CM; • Indicações da Chefe da Divisão; • Documentos referentes aos contactos das escolas.
Participação no projecto “Festa do arco-íris”	<ul style="list-style-type: none"> • Participar em reuniões para organização do dia; • Preparar e reunir recursos necessários para a concretização do projecto; • Dinamização de um ateliê no dia da festa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Notas de campo; • Materiais da CMA (papel, tesouras....), e outros recolhidos (reciclados)

Quadro 12 – Actividades desenvolvidas no estágio da CMA

PARTE III

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

“Estudo da intervenção de um Município na
Educação: um caminho para uma
Política Educativa Local”

Capítulo I

Âmbito e objectivos do estudo

Neste capítulo, primeiramente, segue-se a apresentação do problema e do campo de estudo, sobre o qual pretendo intervir e que fomenta o estudo a realizar, bem como as razões dessa mesma escolha, e o fundamento do enquadramento do tema no âmbito da Administração Educacional. Seguidamente, definirei os objectivos da investigação, e por último, apresentarei as questões de investigação.

1. Apresentação do problema e do campo de estudo

Tem-se verificado, ao longo dos anos, uma evolução do contexto e da intervenção educativa das autarquias, no sentido de lhe atribuir uma maior importância no domínio da educação.

Existe toda uma legislação que transfere atribuições e competências para as autarquias e que prefigura uma maior descentralização do sistema. Assim, as autarquias possuem competências próprias e meios para as colocar em prática.

Percebemos, que ao haver uma evolução nas competências que são atribuídas às autarquias, estas passaram a serem entendidas como instituições que participam na gestão dos interesses públicos, tal como a Constituição da República as define “(...) *são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.*” (Constituição da República, art.º 235.º, n.º2).

A par de toda a estrutura legislativa, as autarquias têm desenvolvido práticas, relacionadas com a educação em que não têm obrigação legal de intervir e que tem contribuído para que a descentralização se tenha vindo a constituir como uma realidade emergente nos contextos locais (Prata, 2003).

Resumidamente, pode-se referir que existe uma pluralidade de facetas do município, pois se numa primeira fase o município aparece como um mero executor ou participante na política educativa do Estado, num segundo momento, age no sentido de complementar as missões que a legislação lhe atribui, ou no sentido de intervir em iniciativas locais que apontam para a emergência de uma política educativa local (Fernandes, 2003).

É através desta realidade descrita, que parece ser indiscutível o grande protagonismo que os municípios têm ganho, e a convicção da valorização do papel que desempenham e portanto, considero importante considerá-los em termos de objecto de estudo. Deste modo, parece-me pertinente interrogar o **alcance das acções municipais, na emergência ou não de um desempenho específico dos municípios, na construção de uma política local de educação.**

Assim sendo, a problemática desta investigação relaciona-se com o **diagnóstico da intervenção de um município, e sobre o alcance dessas acções, procurando saber se estas se destinam a cumprir as atribuições e competências definidas na lei (continuando com o seu papel tradicional de mero executor local das políticas governamentais), ou se essas acções extrapolam a lei, no sentido de complementar as actividades que a legislação lhe atribui ou no sentido de intervir em iniciativas locais, que apontam para a emergência de uma política educativa local.**

Sendo que a Administração Educacional teve várias matrizes fundadoras, que assim permitem perceber o seu sentido e as consequências do seu carácter compósito, podemos referenciá-la como *“(...) reveladora da diversidade de referenciais disciplinares que influenciaram a sua constituição como campo de estudo e de ensino”*. (Barroso, 2002:287). Assim, percebendo que a Administração Educacional é uma área de estudo multidisciplinar, esta investigação, inscreve-se nela, mais especificamente na matriz da Ciência Política e portanto nos estudos sobre as políticas educativas, onde está englobada um conjunto de fenómenos de problematização da realidade, tendo como componente central a política.

De forma a estudar este problema de investigação, e tendo como seguimento o estágio curricular, o estudo de caso foi aplicado no Município de Alenquer.

2. Objectivos do Estudo

Com a concretização deste estudo, vários são os objectivos que pretendo alcançar, relacionados com a problemática de investigação. São eles:

- Conhecer a intervenção do Município no domínio da educação, através do estudo das suas actividades;
- Fazer o levantamento e distinguir as actividades que o Município desenvolve no âmbito das competências legais, e as que extrapolam essas mesmas competências;
- Verificar, através de indicadores, a possível existência de uma política educativa local;
- Analisar, caso exista, a dimensão da política educativa local (cultural ou instrumental).

OBJECTIVOS

3. Questões de Investigação

As questões de investigação, darão sentido e orientação ao estudo, sendo portanto, importante defini-las. Este estudo assenta em cinco questões que me proponho responder no final da investigação. São elas:

- **Questão 1** – Que actividades desenvolve o Município de Alenquer em matéria de Educação?
- **Questão 2** – Qual o alcance das acções, no âmbito da educação, do Município de Alenquer? Estas destinam-se a cumprir as atribuições e competências definidas na lei, ou são de sua iniciativa extrapolando a lei?
- **Questão 4** – Verifica-se a existência de uma Política Educativa em Alenquer? Que indicadores apontam para a sua existência?
- **Questão 5** – Que análise se pode fazer acerca da natureza da Política Educativa? Tem uma dimensão mais cultural ou instrumental?

QUESTÕES

Capítulo II

Modelo de Análise e Metodologia

Este estudo exige a busca e aquisição de dados para que, através deles se atinja o conhecimento. O Enquadramento Metodológico dá conta de todas as técnicas e metodologias a que recorri para que o tratamento de dados fosse feito da forma mais fiel. De seguida, irei apresentar os *moldes* e *modos* do tipo de Investigação que está inerente a este estudo, o *design* do estudo, o plano de acção da investigação, as várias técnicas de recolha e tratamento de dados, para que todo o conteúdo do trabalho seja de acessível compreensão, bem como as limitações que este estudo conteve.

1. Os *moldes* e *modos* da Investigação Qualitativa

Investigar não é apenas procurar vestígios ou sinais de algo, é mais que isso, é a forma de como qualquer pessoa, consegue conhecer qualquer realidade que se propõe estudar de forma a obter conhecimento. A preocupação principal de um projecto de investigação é descrever e explicar um determinado aspecto da realidade, tratando-se de produzir conhecimento, “Acontece isto, porque é que acontece isto?”.

A melhor forma de investigar nos domínios que me propus conhecer é a partir da adopção das metodologias qualitativas, pois, a investigação centra-se num contexto singular e prende-se com a recolha de dados sobre aspectos específicos da realidade social, de forma fiável e sistemática, com o objectivo final de interpretar essa realidade.

No quadro da investigação naturalista, a estratégia mobilizada, ou seja, a aplicação da investigação qualitativa obedecendo a determinados métodos que correspondem aos modos de actuação deste processo de investigação, foi o estudo de caso. Estudo de Caso, que devido às suas características, objecto e técnicas de acção, se adequa às particularidades desta investigação.

Deste modo, a orientação deste projecto de investigação assenta nesta base conceptual, partindo do princípio de que o estudo de caso é um estudo descritivo de casos específicos e situado num determinado contexto, que visa o desenvolvimento activo e dinâmico do próprio caso ao longo do seu estudo.

A presente investigação é um estudo de caso, na medida em que toma um caso como total (abrangendo tudo o que nele está incluído), como particular (específico no caso seleccionado) e real (fornecendo uma imagem “verdadeira” do que estuda).

2. O *design* do Estudo

O design de Estudo é no fundo um protótipo que justifica a selecção do caso e o modelo de investigação que este estudo seguiu. Aqui estão explicitadas as tomadas de decisão sobre a operacionalização do trabalho empírico, de modo a responder às questões da investigação definidas.

É referente à justificação da selecção do caso e do design de investigação mas também à justificação dos modelos de análise e dos procedimentos que seguiu para a realização do estudo.

Deste modo, relativamente à selecção do caso ou do objecto de estudo, o caso que foi seleccionado foi a Câmara Municipal de Alenquer, pois a problemática do estudo insere-se precisamente no estudo da intervenção de um município no domínio da educação.

Relativamente ao design de investigação adoptado, o esquema a seguir durante a realização da investigação, que define os parâmetros da realização, teve por base num design elaborado por Freire (s.d.) (figura3) que descreve o modelo de estudo, o qual foi adaptado face à realidade alvo.

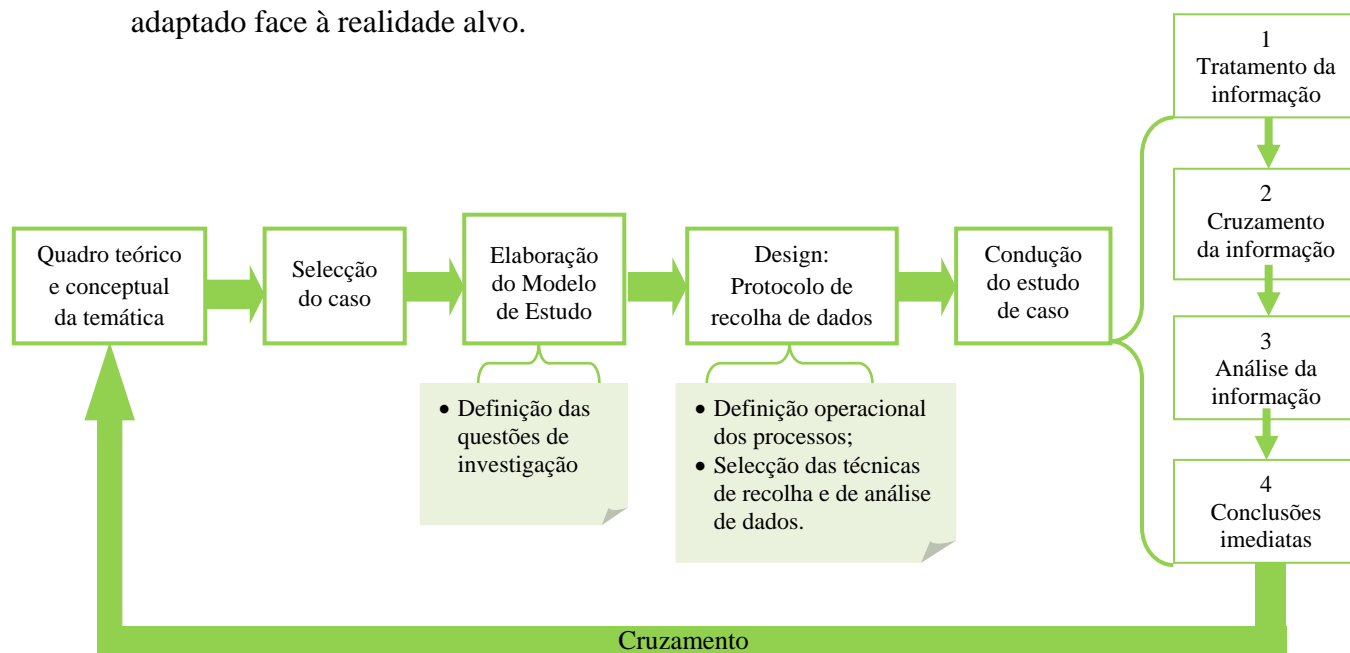


Figura 3 – Design da investigação

3. Plano de acção da investigação

Para a realização de um projecto de investigação, torna-se necessário elaborar um plano de acção. O plano de acção da investigação é um projecto que inclui uma série ordenada de informações e de meios destinados a atingir um fim.

Assim, aquando da definição da problemática do estudo de investigação, de forma a delinear as várias etapas a prosseguir, elaborei um plano de acção, que vem representado no quadro 13. Este plano torna-se importante pois orienta a acção e dá uma perspectiva ao investigador de qual será o próximo passo, até chegar ao produto final, ou seja, a operacionalização da estratégia.

O plano de acção deste estudo de investigação apresenta as etapas e propósitos, os objectivos, as tarefas a realizar, os recursos e a calendarização.

Etapas e propósitos	Objectivos	Definição das tarefas	Recursos	Calendário
Intervenção do município no domínio da educação	→ Obter toda a informação possível acerca das actividades do município em matéria de educação; → Sistematizar as informações recolhidas.	→ Observar o funcionamento e a organização da divisão do PH, Educação/Juventude	<ul style="list-style-type: none"> Planos de actividades; Boletins Municipais de Alenquer; Regulamentos; Legislação; Outros documentos desenvolvidos pela CMA (projectos, carta educativa...) Informações recolhidas; 	Novembro/Dezembro
		→ Fazer o levantamento e recolha de informações acerca das actividades desenvolvidas pelo município.		
		→ Retirar notas de conversas informais acerca das actividades que o município desenvolve.		
		→ Organizar todas as informações recolhidas e desenvolver um documento com a sistematização das mesmas.		
Distinção entre actividades que a CMA desenvolve no âmbito das competências legais e as que extrapolam as competências legais	→ Diferenciar as actividades que a CMA desenvolve no âmbito das competências legais, e as que extrapolam essas mesmas competências; → Construir uma grelha de análise com os resultados obtidos.	→ Realizar leituras e proceder ao estudo de documentos acerca das atribuições e competências legais dos municípios em matéria de educação.	<ul style="list-style-type: none"> Leis, decretos, despachos e portarias; Outros documentos. 	Janeiro/Fevereiro
		→ Analisar e tratar a informação recolhida de acordo com o critério: actividades no âmbito das competências legais e actividades que extrapolam as competências legais.	<ul style="list-style-type: none"> Leis, Decretos-lei, despachos e portarias; Sintetização dos dados sobre as actividades desenvolvidas pela CMA. 	
		→ Elaborar de grelhas de análise para a distinção a efectuar.	<ul style="list-style-type: none"> Informações recolhidas; 	
Verificação, cruzamento e complemento de informações	→ Confirmar os resultados recolhidos e posteriormente analisados; → Completar os resultados obtidos com dados mais concretos; → Realizar o cruzamento de informações.	→ Apresentar os dados obtidos à responsável da divisão do PH, Educação/Juventude;	<ul style="list-style-type: none"> Grelha de análise; Documentos de sintetização de informação. 	Março/Abril/Maio
		→ Realizar entrevista acerca da intervenção da CMA em matéria de educação e sua posterior análise de conteúdo;	<ul style="list-style-type: none"> Guião da entrevista. 	
		→ Confrontação de informação (grelha de actividades e análise de entrevista), de forma a completar a análise geral.	<ul style="list-style-type: none"> Grelhas de análise; Documentos de sintetização de informação; Análise de conteúdo da entrevista. 	
Verificação da existência de uma política educativa local	→ Confrontar resultados obtidos com indicadores de uma política educativa local; → Concluir acerca da existência ou não de uma política educativa local no município de Alenquer	→ Recolher informações sobre o tema: política pública.	<ul style="list-style-type: none"> Bibliografia sobre o tema em estudo. 	Julho
		→ Confrontar os conhecimentos existentes que remetem para indicadores de uma política educativa local e os dados recolhidos e tratados acerca da intervenção educativa do município em estudo	<ul style="list-style-type: none"> Bibliografia sobre o tema em estudo; Documentos de sintetização de informação. 	
		→ Efectuar entrevista para apurar mais dados que possam indicar a emergência de uma política educativa local.	<ul style="list-style-type: none"> Guião da entrevista. 	
		→ Elaborar uma análise de modo a concluir quanto à existência, ou não, de uma política educativa local.	<ul style="list-style-type: none"> Todos os documentos elaborados até esta etapa. 	
Análise da política educativa (caso exista)	→ Concluir acerca da natureza da política educativa, se segue uma dimensão mais instrumental ou cultural.	→ Com os resultados obtidos, apontando para a existência de uma política educativa, analisá-la.	<ul style="list-style-type: none"> Resultados obtidos 	Agosto
		→ Elaborar uma grelha tendo em conta as características da dimensão cultural e instrumental, e caracterizar a política educativa tendo em conta essas dimensões.	<ul style="list-style-type: none"> Bibliografia sobre o tema em estudo; Grelhas de análise; 	

Quadro 13 – Plano de acção da investigação

De forma sistematizada e geral, como mostra a figura 4, o plano de acção resume-se a três etapas principais, e ao prosseguir cada etapa, caminha-se na direcção da última questão. Deste modo, ao fazer um levantamento da intervenção do município no domínio da educação, e de seguida distinguir as actividades desenvolvidas no âmbito das competências legais e as que extrapolam as competências legais, podemos obter indicadores da existência de uma política educativa local e permitir a sua posterior análise.

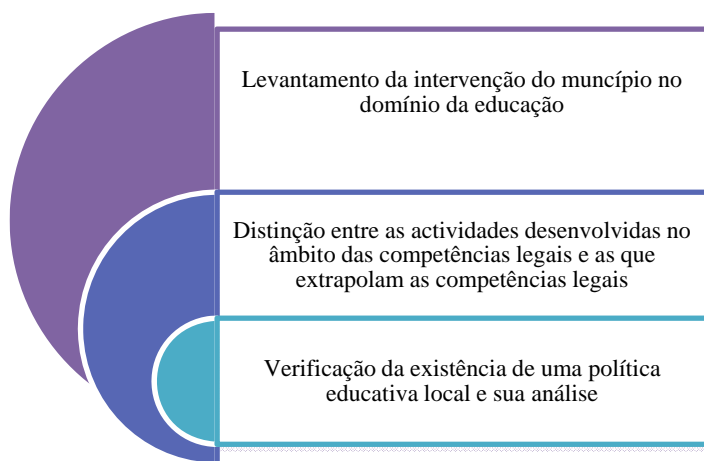


Figura 4 – Esquema do plano de acção da investigação

4. Técnicas de recolha/produção de dados

Os procedimentos técnicos dizem respeito à conduta técnica que a concretização deste trabalho segue, ou seja, às modalidades de formalização de recolha e análise de informação empírica. Estas modalidades implicam a utilização de técnicas que instrumentalizam a recolha e tratamento das várias formas de apresentação de informação.

Assim, as técnicas utilizadas foram: pesquisa arquivística, observação, notas de campo, a entrevista e a análise de conteúdo.

Nesta investigação, a técnica de recolha de dados com mais peso, foi a **pesquisa arquivística** na medida em que os documentos analisados permitiram o fornecimento de informações relevantes para o estudo e de forma mais rápida e fácil. A finalidade principal do uso desta técnica foi a de obter informação acerca da intervenção do

Município no domínio da educação, de modo a alcançar dados acerca de todas as actividades que realiza no âmbito educativo.

A pesquisa documental incidiu sobre documentos importantes da Câmara Municipal de Alenquer: Carta Educativa, Plano de Actividades Geral do Município de Alenquer, Plano de actividades da Divisão do Potencial Humano, Educação e Juventude, Boletins Municipais de Alenquer, Regimento do Conselho Municipal de Alenquer, Contratos de execução de transferência de atribuições e competências, base de dados do fornecimento de refeições, folhetos informativos e regulamentos de actividades desenvolvidas pelo Município (serviço de refeições e de transportes), documentos relativos à gestão do pessoal não docente, AEC's e CAF, projectos desenvolvidos e Legislação relacionada com as competências das Autarquias Locais. Também houve pesquisa de Legislação acerca do tema.

Todos os dados foram posteriormente validados pela chefe da Divisão do Potencial Humano, para não haver interpretações incorrectas da leitura e análise dos documentos.

A posterior análise foi realizada, pelo propósito já explicitado, seguindo uma base de identificação do material mais relevante e um estudo interpretativo de todos os dados recolhidos dos documentos analisados.

É dentro do domínio da necessidade do desenvolvimento de uma atitude experimental face à conduta de investigação para o conhecimento da “realidade”, que inseri a **observação** como técnica de recolha de dados inerente a esta investigação.

O objectivo do uso desta técnica prendeu-se essencialmente em obter informações no que respeita ao dia-a-dia do Gabinete de Educação/Juventude, de modo a conseguir descrever e compreender a natureza dos assuntos que este Gabinete trata, bem como a forma de desenvolvimento de actividades e de resolução de problemas no âmbito da educação. Esta foi uma observação participante, uma vez que houve o meu envolvimento no grupo e na situação a observar, contactando directamente com os actores sociais e os seus contextos.

Após a observação, retirei **notas de campo**, de modo a registar aquilo que retive e que observei. A informação registada é essencialmente descritiva de modo a dar informação acerca dos comportamentos e atitudes dos envolvidos na observação, de acontecimentos particulares e o modo como se deu o acontecimento, de actividades, dos locais e dos materiais envolventes. Houve também uma parte reflexiva, que se

caracterizou pela subjectividade do processo, sentimentos, ideias, problemas, impressões e opiniões.

A técnica da **entrevista**, foi também utilizada, tendo como objectivo a recolha de dados de opinião e de concepção que visaram o fornecimento de pistas para a caracterização do processo em estudo. No presente trabalho, o tipo de entrevista seleccionada para realizar, foi a semi-directiva na medida em que, possibilita uma resposta mais rigorosa e fiel à realidade que pretendia conhecer.

A entrevista forneceu informações na linguagem dos sujeitos do estudo sobre a ideia como interpretam certos acontecimentos no âmbito do tema da investigação.

Para a realização da entrevista, tornou-se necessária a elaboração prévia de um guião, de modo a obter uma certa coordenação na condução da entrevista. Este guião foi construído a partir das questões de investigação e dos seus eixos de análise e encontra-se no anexo 8.

Este guião de entrevista relativo à intervenção do Município de Alenquer no domínio da educação possui cinco blocos, onde o primeiro e o último correspondem, respectivamente, à legitimação da entrevista e às considerações finais dos entrevistados.

O segundo bloco (B) é referente às actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Alenquer no âmbito das competências legais, que se divide em questões ilustradoras de todas as competências legais dos municípios (conselho municipal de educação, carta educativa, conselhos gerais, construção, conservação e manutenção de edifícios escolares, gestão de refeitórios escolares, gestão do pessoal não docente, transportes escolares, alojamento aos alunos, acção social escolar, actividades complementares de acção educativa e educação extra-escolar).

O bloco C prende-se com as actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Alenquer que extrapolam as competências legais, que se divide em questões que pretendem conhecer melhor as actividades que a Câmara efectua sem ter uma obrigatoriedade legal.

Por último, o bloco D refere-se à Câmara Municipal de Alenquer e à construção de uma política educativa local, cujas perguntas se prendem em perceber a visão do município em estudo relativamente à educação, à sua actuação, e à construção de uma política educativa local.

Todas as questões organizadas segundo estes temas têm como objectivos gerais:

- Conhecer e compreender as várias actividades desenvolvidas pelo Município de Alenquer: actividades desenvolvidas no âmbito das competências legais e actividades desenvolvidas que extrapolam as competências legais.
- Conhecer a visão da Câmara Municipal de Alenquer relativamente à educação;
- Perceber a existência, ou não, de uma política educativa local.

Esta entrevista foi então realizada à chefe da Divisão do Potencial Humano e o seu protocolo transcrito encontra-se no anexo 9.

Utilizando algumas questões deste mesmo guião, foi realizada uma outra entrevista ao Senhor Presidente da CMA. O seu protocolo transcrito encontra-se no anexo 10. Na primeira entrevista obtive uma visão mais técnica e nesta segunda uma visão mais política.

Segundo Bardin (1970), citada por Estrela (1994:455), a **análise de conteúdo** é resumida, de forma geral como, “(...) *um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens*”. Assim, a técnica de análise de conteúdo, foi utilizada na exploração das informações obtidas com o objectivo de revelar o verdadeiro significado dos dados.

Esta análise permitiu, numa primeira fase, o primeiro contacto com a informação e a organização da mesma, de forma a escolher o material a ser objecto de análise. Seguidamente, a exploração do material, onde foram tomadas as decisões quanto à codificação da informação, bem como a categorização da mesma, compreendendo certas exigências como: a pertinência, fidelidade, produtividade, exclusão mútua, homogeneidade e objectividade. Por último, a apresentação dos resultados, que se resume às inferências.

Resumindo, a análise de conteúdo foi utilizada como um instrumento qualitativo, que possuiu um carácter científico, devido ao facto de ser objectiva e sistemática e da sua capacidade de gerar e testar hipóteses.

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas no âmbito desta investigação, encontram-se nos anexos 11 e 12.

5. Limitações do Estudo

Várias foram as limitações desta investigação, que não permitiram um estudo tão aprofundado, rigoroso e conclusivo.

Uma das limitações deste estudo prendeu-se com o uso das técnicas de recolha de informação. Considero que teria sido benéfico para o seu desenvolvimento a realização de outras entrevistas direccionadas a outras pessoas, de modo a enriquecer o estudo através do cruzamento de outras informações e outros pontos de vista.

Uma vez que este estudo vem no seguimento de um estágio, previa-se uma maior recolha de informação relacionada com a percepção do quotidiano da organização, e a sua actividade numa perspectiva mais geral, não restringido o estudo à divisão directamente relacionada com a educação. Tal situação não aconteceu, pois o estágio não decorreu apenas no município, e pelo facto de ter de limitar também o estudo, não havendo a possibilidade de o aprofundar e direccionar noutros possíveis sentidos.

A natureza destes estudos de investigação depende da disponibilidade das pessoas, o que limita no sentido de conseguir conciliar tempos, e retarda a elaboração do estudo definido à priori.

Por último, a minha própria postura como investigadora, muitas vezes limitou. Por um lado, procurei ser sucinta e objectiva, noutros momentos, dispersei-me, não focalizando a informação e os dados recolhidos no sentido da sua pertinência para o estudo.

Capítulo III- Apresentação dos resultados de investigação

Este ponto será dedicado à apresentação do tratamento da informação recolhida ao longo do tempo, na Câmara Municipal de Alenquer. A obtenção destes dados resulta do uso de técnicas de recolha de informação, como a pesquisa arquivística, observação/notas de campo e entrevista semi-directiva, que de seguida foi submetida a uma análise de conteúdo.

O objectivo é descrever e apresentar as informações recolhidas acerca das actividades/acções que a CMA, mais concretamente, o Gabinete da Educação, efectua no âmbito educativo. Deste modo, de seguida serão indicadas e caracterizadas todas essas actividades.

a) Criação do Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Alenquer foi instalado no ano de 2004. O regimento do Conselho Municipal de Educação de Alenquer foi aprovado, nos termos de vários diplomas legais, designadamente a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece a competência dos órgãos municipais criarem esta instância, Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro que atribui competência à assembleia municipal para, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre a criação do Conselho Local de Educação, de acordo com a lei, e o Decreto - Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que alterou a denominação do Conselho para Conselho Municipal Local de Educação, e regulou as suas competências e composição.

Este regimento baseia-se nas directrizes da regulamentação legal deste órgão, não diferindo destas quanto aos seus objectivos, competências, composição e funcionamento.

Este órgão realiza várias actividades, desde emitir informações sobre as principais actividades, fazer um balanço e apresentação da avaliação do sistema educativo local por período lectivo, abordar questões relacionadas com a rede educativa, e é ainda um espaço dedicado a outros assuntos, onde há partilha de ideias e sugestões de melhoria. Para além disso, também emitiu o seu parecer favorável relativamente à Carta Educativa de Alenquer. Apesar destas actividades, este órgão é pouco interventivo, em termos de definição da política educativa local.

b) Elaboração e monitorização a Carta Educativa

Outra actividade que o Município de Alenquer desenvolveu, foi a elaboração da carta educativa, e ao longo do tempo, efectua a sua monitorização.

No caso da CMA, este documento de intervenção educacional no território, foi elaborado em Outubro de 2006, tendo pertencido ao primeiro conjunto de Cartas homologadas pela Sr.^a Ministra da Educação.

O processo da sua elaboração foi interno e em parceria, tendo como participantes, uma técnica superior de educação do Gabinete da Educação e técnicos de outras unidades orgânicas da CMA, como o gabinete responsável pela elaboração do PDM e a Divisão de Obras. Houve também a participação dos Conselhos Executivos e foram realizadas várias reuniões com a Direcção Regional de Educação de Lisboa. Houve apenas o recurso a uma socióloga externa.

Os recursos utilizados foram essencialmente informações que a CMA já possuía relativamente a dados estatísticos do Pré-Diagnóstico Social do concelho.

Ao fazer uma análise ao conteúdo da Carta Educativa de Alenquer, pode-se constatar que este documento é estruturado em três partes distintas, embora exista uma interligação entre elas. A primeira parte possui um carácter retrospectivo e integra o enquadramento legislativo, que possui a listagem da legislação de referência na área da educação e intervenção autárquica consultada na elaboração e fundamentação do documento; uma caracterização sócio-económica do Concelho de Alenquer, apresentando uma análise da realidade socioeconómica do concelho e da sua evolução demográfica; e um diagnóstico estratégico que analisa a realidade educativa do concelho. Numa segunda parte, com um teor mais prospectivo, é composta por projecções demográficas, mais especificamente, projecções da população a escolarizar. A terceira e última parte, diz respeito às propostas de reordenamento da rede escolar, com o respectivo programa de execução, previsão financeira e articulação institucional.

Este instrumento tem bastante pertinência para a CMA, nomeadamente porque assim pôde-se candidatar no âmbito do QREN à construção de novos centros escolares e permitiu a celebração dos contratos de execução. A CMA considera que a sua Carta Educativa é o documento-chave que guia o seu reordenamento de rede e permite alcançar vários objectivos importantes para a CMA, como por exemplo, assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação.

Actualmente, a Carta Educativa de Alenquer encontra-se em fase de monitorização/revisão, uma vez que esta revisão deve ser realizada ao fim de 5 anos.

Para a CMA esta fase é importante, pois permite actualizar informação e dados, bem como fazer um estudo e um balanço em termos de reordenamento da rede, apurando aquilo que se previa e que foi feito e o que não foi.

Para o procedimento da monitorização da Carta Educativa de Alenquer, a Câmara pediu directrizes à Direcção Regional, sendo que a resposta foi no sentido de que se deveria proceder de modo idêntico à fase de elaboração.

c) Participação nos Conselhos Gerais

A CMA participa nos Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, fazendo-se representar por três elementos da autarquia em cada Conselho Geral, no presente ano lectivo, não se sabendo se esta situação se manterá.

Entre outras competências, cabe ao Conselho geral, aprovar o projecto educativo, o regulamento interno da escola e o plano anual e plurianual de actividades, bem como aprovar as propostas de contratos de autonomia. Assim, devido à sua representação nestes Conselhos, a CMA participa nestas actividades.

A CMA retira desta participação um maior conhecimento da realidade das escolas e daquilo que são as grandes decisões e opções das suas direcções. No entanto considera que esta representação é pouco significativa porque “(...) *não permite marcar a sua posição devido à sua pequena representatividade. A CMA pode tomar decisões, dando o seu voto, mas em comparação com representação de outros elementos, a CMA fica sem grande “poder” de decisão.*” (Chefe de Divisão do Potencial Humano).

d) Dar parecer na constituição de agrupamentos de escolas

A CMA dá importância à realização desta actividade, ou seja, dar parecer na constituição de agrupamentos de escolas, por ser parceiro da DRELVT e das Direcções das Escolas e enquanto responsável pela rede ao nível do pré-escolar e 1.º CEB.

No entanto, esta actividade tem tido pouca expressão na CMA, nomeadamente no mais recente reordenamento de rede, no caso, da fusão do Agrupamento Pêro de Alenquer e da Escola Secundária Damião de Goes. A CMA reprovou esta fusão, avançou com uma providência cautelar e duas moções de protesto, “(...) *de forma a demonstrar o seu desagrado pelo modo como este processo foi conduzido (...)*” (Chefe de Divisão do Potencial Humano).

e) Construção, apetrechamento e manutenção das escolas da rede pública

A CMA desenvolve actividades relacionadas com a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar da rede pública. Uma vez que a CMA celebrou o contrato de execução, alargou esta competência a duas escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, entrando em vigor em Janeiro de 2009.

Pode ser referenciado como exemplo de construção mais recente, o Centro Escolar de Alenquer, inaugurado em Fevereiro de 2009, que representou um investimento superior a cinco milhões de euros, com equipamentos avaliados em cerca de 200 mil euros. A construção deste centro escolar foi realizada no âmbito da maior operação de requalificação da escola pública de que há memória em Portugal, como foi referenciado pelo primeiro-ministro José Sócrates.

O processo de início de construção das escolas tem em conta a carta educativa local: *“Em relação à construção das escolas, esta tem de obedecer à Carta Educativa.”*. (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

Para além disso, o Município tem desenvolvido actividades de requalificação do parque escolar. *“A CMA tem requalificado um estabelecimento de ensino por ano (...)”* (Chefe da Divisão do potencial Humano), visando a melhoria da oferta educativa e das condições de vivência escolar, proporcionando maior conforto aos alunos e ao pessoal docente e não docente. Como exemplo de requalificação, a Câmara Municipal de Alenquer tem procedido a pinturas e arranjos de espaços exteriores, adaptação de salas e de refeitórios e aumento das áreas de recreio coberto.

A Câmara Municipal de Alenquer, também desenvolve acções na área do apetrechamento e manutenção de equipamentos educativos, repondo por exemplo, consumíveis informáticos, consumíveis de fotocopiadoras, acessórios de higiene e limpeza, entre outros bens necessários para o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

O processo de requalificação e de apetrechamento é iniciado através de um levantamento de necessidades realizado pelas escolas e enviado à CMA, que de seguida analisa tendo em conta vários critérios. *“Os pedidos são atendidos tendo em conta a sua prioridade e de acordo com o orçamento disponível (...)”*. Após essa decisão a CMA reencaminha os passos seguintes para outras estruturas orgânicas da CMA competentes: *“(...) com base nestes elementos, faz-se a proposta de aquisição*

de material, reencaminhando para os serviços da CMA competentes na área do aprovisionamento.” (Chefe da Divisão do potencial Humano).

f) Gestão dos refeitórios escolares

A Câmara Municipal de Alenquer desenvolve todo o trabalho da gestão dos refeitórios escolares, assegurando o serviço de refeições. Para tal, disponibiliza um documento de normas relacionadas com todo o fornecimento de refeições. Nesse documento é referenciado o objectivo e o seu âmbito de aplicação, os destinatários, como se procede ao acto de inscrição, o tipo de refeições oferecidas, as faltas e desistências e a forma e comprovativo de pagamento.

O Município de Alenquer entregou a concepção das refeições a outra entidade, que se encontra sob a sua orientação e financiamento, uma vez que as escolas não possuem condições para a concepção das refeições: *“(...) as escolas não estão equipadas, nem preparadas para a concepção das mesmas, apenas têm condições de receber o serviço de catering.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano). Para a escolha da empresa, a CMA elabora o seu caderno de encargos, e a contratação é feita com a empresa que melhor responde aos pontos definidos.

No entanto é o Município que trata dos assuntos de contratação do pessoal necessário que garanta o funcionamento dos refeitórios. Para além disso, trata das inscrições relativos à frequência das crianças durante o ano lectivo, disponibiliza no seu site, para consulta dos encarregados de educação, a ementa mensal, gere os pedidos de dietas, as faltas e desistências, recebe os pagamentos efectuados mensalmente pelos encarregados de educação, emite e envia a factura com o valor total das refeições, bem como gere situações em que há o atraso do pagamento dos mesmos.

No caso do Município de Alenquer, o preço praticado por cada refeição é de 2,25€. O valor que os alunos pagam é fixo, sendo de 1,46€. Deste modo, o município e o Ministério da Educação participam com 50% do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos, então cada um participa com 0,395€. No caso de os alunos beneficiarem da acção social escolar, o preço a pagar por eles, varia de acordo com o escalão em que estão inseridos, sendo que com o escalão A estão isentos de pagar, e com o escalão B, pagam 50%. O quadro 14 apresenta os valores praticados.

Modalidades	Fontes de Financiamento	Valor da contribuição	Valor total de uma refeição
Escalão A	ME	0,395€	2,25€
	CMA	1,855€	
Escalão B	ME	0,395€	2,25€
	CMA	1,125€	
	EE	0,73€	
Sem escalão	ME	0,395€	2,25€
	CMA	0,395€	
	EE	1,46€	

Quadro 14 – Preços praticados nas refeições escolares

g) Gestão do pessoal não docente

A CMA desenvolve actividades relacionadas com a gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Com a celebração do contratado de execução, a CMA aumentou a sua actividade relativamente à gestão do pessoal não docente, alargando ao ensino básico todo.

Neste âmbito, o Município de Alenquer desenvolve tarefas inerentes a esta actividade, desde recrutar, afectar e colocar o pessoal e gerir as suas remunerações. A responsabilidade de avaliação não dos serviços da CMA, tendo sido atribuída aos Directores das escolas: *“A competência de avaliação, foi delegada aos directores das escolas (...)”,* por considerarem que estes conhecem *“(...) melhor a realidade e terem uma relação mais próxima e poder haver uma avaliação mais fiel.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

Para a determinação da dotação máxima de referência de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino, saiu a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de Setembro, que estabelece os critérios e a fórmula de cálculo. A fórmula tem em conta o número de crianças, ou seja, para um determinado número de crianças são colocados X assistentes. A Câmara de Alenquer afirma colocar mais recursos humanos, em estabelecimentos de ensino com maior dimensão, do que previsto na legislação, pois existe essa necessidade: *“O rácio é manifestamente inferior face às necessidades das escolas. Com as valências que hoje em dia as escolas têm e as actividades que a CMA também promove, é impossível funcionarem com o rácio definido na portaria.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

Possui um total de 183 assistentes em todos os agrupamentos do concelho. Para além disso, existem dez tarefeiras e coloca também nas suas escolas, trinta e uma

peças inscritas no centro de emprego que também devem ser contabilizadas, acrescentando assim, o número de pessoal não docente.

Neste caso, como o rácio resultante do cálculo definido por lei é inferior ao número de pessoal não docente que a Câmara de Alenquer possui nas suas escolas, fica assim a seu cargo o pagamento das remunerações em falta: “(...) *acarreta custos que a CMA tem de suportar e faz um esforço financeiro grande para poder ir ao encontro das necessidades verificadas na realidade escolar.*” (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

A CMA em relação aos planos de carreira, desenvolve actividades relacionadas com acções de formação destinadas ao pessoal não docente “(...) *tendo desenvolvido recentemente uma acção que teve como público-alvo 86 assistentes operacionais a desempenhar funções nos jardins-de-infância e EBI da rede pública do concelho, no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar (...)*”. A perspectiva neste âmbito é de continuar a desenvolver acções de formação de forma a melhorar as competências do pessoal não docente: “ (...) *até ao final do ano está prevista outra acção de formação. Um dos grandes objectivos estratégicos da CMA é melhorar as competências das Assistentes Operacionais.*” (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

h) Assegurar os transportes escolares

Para assegurar os transportes escolares, vários são os diplomas legislativos que fazem referência às tarefas que os Municípios devem desenvolver, como o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro. O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alargou esta competência, transferindo para os municípios as atribuições em matéria de organização e funcionamento dos transportes escolares do 3.º ciclo do ensino básico.

A Câmara de Alenquer tendo em conta os novos desenvolvimentos da legislação, elaborou um folheto explicativo e de divulgação do regulamento de transportes escolares, à comunidade educativa e um regulamento da organização e gestão dos transportes do Município.

Os procedimentos do Município de Alenquer são determinados pela legislação em vigor. Assim, tem em conta o âmbito de aplicação desta competência e elaborou um plano de transportes escolares, tendo em conta a rede de transportes escolares públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efectivamente verificada em cada ano lectivo escolar. Ainda apresenta as circunstâncias

de pagamento do valor do passe, celebra contratos com as juntas e colectividades para assegurar os circuitos especiais, assegura todo o processo de concessão, enviando para as escolas os boletins de inscrição e posteriormente recebendo já preenchidos para proceder à avaliação dos processos. A Câmara possui um contrato com uma empresa de transporte que realiza as viagens necessárias, uma vez que “(...) *são mais de 3000 alunos e portanto, a CMA não tem capacidade logística.*” (Chefe da Divisão do Potencial Humano). À semelhança da contratação da empresa contrata para o fornecimento de refeições, também é realizado um caderno de encargos, e é escolhida a que melhor responda aos pontos solicitados. A CMA tem também estabelecido protocolos com colectividades e associações, para efeitos de transportes escolares.

O mais recente objectivo da CMA neste âmbito é a aquisição de uma viatura adaptada para o transporte de portadores de deficiência motora.

O número de alunos a beneficiar de transportes escolares registou um aumento entre os anos lectivos 2005/2006 e 2009/2010 (quadro 15), sendo que abrange alunos do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos, ensino secundário e ensino profissional.

Ano lectivo	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Número de alunos	2898	3047	2984	3228	3173

Quadro 15 – Evolução do número de alunos a beneficiar de transportes escolares

Deste modo, a Câmara de Alenquer assegura a organização, financiamento e controlo dos transportes escolares.

i) Comparticipação no domínio da acção social escolar

A CMA desenvolve actividades de comparticipação no domínio da acção social escolar das crianças da educação pré-escolar e os alunos do 1.º Ciclo, estendido aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, embora ainda não em execução. O quadro (16) a seguir, apresenta a evolução do número de alunos que receberam o subsídio de auxílios económicos entre 2005 e 2010.

Ano lectivo	Escalão A	Escalão B	Total
2005/2006	249	40	289
2006/2007	275	40	315
2007/2008	355	41	396
2008/2009	353	68	421
2009/2010	384	304	688

Quadro 16 – Evolução do número a beneficiarem de subsídios de auxílios económicos

Tem-se verificado um aumento significativo de apoio aos alunos no que respeita a auxílios económicos ao longo do tempo, sendo que o número dos alunos que o beneficiam do ano lectivo de 2005/2006 para o ano lectivo 2009/2010, aumentou mais que o dobro.

O que a CMA pretende é atribuir auxílios económicos às famílias de mais fracos recursos, incluindo-se as prestações sociais destinadas a cobrir os gastos inerentes à frequência da criança na escola. Deste modo, a CMA presta um apoio em várias modalidades no âmbito da acção social escolar: os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar.

O acesso aos benefícios é determinado em função da situação dos alunos ou dos agregados familiares e em particular da respectiva condição socioeconómica, que determinará o respectivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio.

j) Apoio a projectos educativos das escolas e planos de actividades

O Município de Alenquer, apoia os projectos educativos das escolas e os respectivos planos de actividades, dos quatro agrupamentos de escolas e da Escola Secundária de Alenquer.

Este apoio é de natureza diversificada, desde apoios financeiros, logístico e material, e inicia-se através de pedidos dos Agrupamentos à CMA. Seguidamente, o processo de decisão de prosseguir com o apoio, depende da capacidade da CMA.

Ainda numa fase de elaboração, a CMA está a realizar o Regulamento de Apoio a Actividades do Agrupamento do Agrupamento das Escolas As razões para a criação deste regulamento relacionam-se com o facto da CMA querer definir regras e condições de apoio e “(...) *no sentido de pedir retorno e feedback desse apoio.*” (Chefe da Divisão do Potencial e Humano).

k) Implementação e coordenação das AEC's

O Município de Alenquer implementa e coordena actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, tendo celebrado o contrato de execução. Para tanto, realiza a candidatura ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico nos termos do despacho n.º 14460/2008, de 2 de Maio.

As actividades de enriquecimento curricular que o Município oferece em todos os estabelecimentos de ensino são: apoio ao estudo, inglês, ensino da música e actividade física e desportiva. Na total impossibilidade da oferta do ensino da música, esta actividade poderá ser substituída por TIC, expressão plástica ou expressão dramática. Os encargos elevados com o aluguer de espaços, contratação de professores, transportes escolares e assistentes operacionais não permitem em termos financeiros uma oferta superior à que propõem.

Relativamente aos locais de funcionamento destas actividades, estas têm lugar nos estabelecimentos de ensino e nalguns locais/espacos alugados, como grupos desportivos, associações, sociedade recreativas e centros sociais.

O Município alargou estas actividades ao jardim-de-infância, uma hora semanal de actividade por sala, implementando-as e coordenando-as.

I) Assegurar a Componente de Apoio à Família

O Município de Alenquer assegura a componente de apoio à família na educação pré-escolar, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário.

O serviço de refeições refere-se aos almoços atribuídos às crianças, e o prolongamento de horário prende-se com a realização de actividades de animação sócio-educativa.

No fornecimento das refeições, procede-se da mesma forma que já foi descrita, no ponto relativo à gestão dos refeitórios escolares. Relativamente ao prolongamento de horário, são disponibilizadas actividades de animação de leitura, expressão físico-motora, expressão dramática, expressão plástica, música e dança, que são efectuadas por parte das escolas.

A CAF é gerida pela CMA e pelos Agrupamentos de Escolas, numa relação de parceria: *“A gestão da CAF é partilhada, havendo uma parceria entre as Direcções dos Agrupamentos das Escolas e a CMA.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

A CMA alargou a CAF a três escolas do 1º ciclo no Concelho, por um lado com o intuito de ampliar a oferta, e por outro, de forma a atender às necessidades do encarregados de educação: *“(...) devido, por exemplo, à incompatibilidade de horários, tomou-se essa decisão.”* (Chefe da Divisão do potencial Humano). Este alargamento foi efectuado pelo facto da CMA possuir meios para desenvolver estas actividades: “A

CMA possui meios físicos e recursos humanos e portanto considerou proceder ao desenvolvimento desse projecto.” (Chefe da Divisão do Potencial Humanos).

m) Actividades de animação de tempos livres

A Câmara Municipal de Alenquer desenvolve o projecto “Férias em movimento”, que consiste em programas específicos para as interrupções lectivas no Natal, Páscoa e Verão. O objectivo é sustentar a necessidade do desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres nestas interrupções lectivas.

Este projecto consiste em proporcionar às crianças uma ocupação dos seus tempos livres numa forma criativa e educativa, através da realização de actividades lúdicas, fomentando o espírito de iniciativa, a capacidade crítica e de convívio, permitindo-lhes desenvolver o sentido de responsabilidade.

Deste modo, o Município de Alenquer coordena e avalia este projecto.

n) Promoção de encontros concelhios sobre a educação

A CMA promove a realização de encontros concelhios sobre educação. Estes encontros, no fundo são um fórum de discussão que articula as várias direcções das escolas, com o objectivo de definir uma linha comum a ser seguida pelas escolas.

o) Desenvolvimento do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

Sublinhando a importância que a Rede de Bibliotecas Escolares do Centro de Recursos Educativos assume no contexto educativo actual, e conforme um protocolo de cooperação assinado com o Ministério da Educação, a Direcção Regional de Educação de Lisboa e o Gabinete de Bibliotecas Escolares em 2000, a Câmara Municipal de Alenquer dispõe de uma equipa que colabora com as bibliotecas dos estabelecimentos de ensino do concelho.

A Câmara Municipal de Alenquer possui um gabinete de apoio às bibliotecas escolares, que promove a organização e manutenção destes equipamentos educativos, a formação dos recursos humanos afectos às mesmas, a definição de campanhas de promoção da leitura e dá resposta às solicitações de docentes e agrupamentos, tendo estruturado um serviço de assessoria em várias áreas. Estas áreas podem ser de literatura para a infância e juventude, biblioteca especializada sobre o concelho de Alenquer (fundo local), património cultural, dossiers temáticos e maletas pedagógicas sobre

vários temas, apoio aos projectos existentes nos vários agrupamentos de escolas e promoção de actividades de animação de leitura.

Este gabinete desenvolve vários projectos, que possuem temáticas diferentes dentro deste domínio. O quadro (17) a seguir apresenta e descreve a natureza de alguns desses projectos.

Projecto	Descrição
“Ler para crescer....formar crianças leitoras”	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades de animação de leitura – itinerância no Pré-Escolar e 1.º e 2.º Ciclos nas bibliotecas e salas de aula; • Finalidade: promover os hábitos de leitura; • Estas actividades de animação da leitura subdividem-se em vários temas.
"Hora do Conto"	<ul style="list-style-type: none"> • Destina-se a crianças do pré-escolar ao 2.º ciclo; • Pretende-se promover a descoberta das várias lendas de Alenquer, com actividades de reconto e desenho associadas.
Encontros com o Desporto na Escola Secundária Damião de Góis	<ul style="list-style-type: none"> • A câmara municipal e a Escola Secundária Damião de Goes, através dos grupos de trabalho de Desporto e das Bibliotecas Escolares, promovem, um ciclo de encontros; • Objectivo: proporcionar o contacto entre a escola e vários atletas, como forma de cimentar o interesse pelo desporto.
Estudo do Meio À Descoberta do Património Local	<ul style="list-style-type: none"> • Na sala de aula (pequenas conferências), em exposições temáticas, maletas pedagógicas ou através de visitas de estudo guiadas aos centros históricos; • O gabinete proporciona ao 1.º Ciclo, um conjunto de recursos básicos para conhecer o património, história e meio local.
Educação para a Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Com edição anual, o concurso é destinado aos alunos do ensino básico do 1.º Ciclo, 4.º ano de escolaridade; • Pretende transmitir aos mais novos os valores basilares da democracia e as responsabilidades dos representantes do poder local, além do desempenho diário dos eleitos nas autarquias locais.
Concurso Escolar “Se eu fosse Autarca”	<ul style="list-style-type: none"> • Os três primeiros classificados por agrupamento de escolas, assumem o papel de verdadeiros autarcas por um dia, acompanhando o presidente da câmara e demais vereadores e os presidentes das juntas de freguesia no exercício das suas funções.

Quadro 17 – Projectos desenvolvidos no Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

O objectivo da Câmara é o de apoiar o crescimento e desenvolvimento da rede de bibliotecas escolares a nível concelhio de todos os graus de ensino, de acordo com o ordenamento da rede escolar e com os princípios definidos pela carta educativa, através de um serviço de apoio técnico na área da biblioteconomia e documentação. Este objectivo geral é então operacionalizado através da realização das várias actividades e projectos acima indicados.

p) Desenvolvimento do Gabinete dos Apoios Terapêuticos

A Câmara Municipal dispõe do gabinete da Área dos Apoios Terapêuticos, constituído por quatro psicólogas, uma terapeuta da fala e uma linguista.

Esta equipa desenvolve trabalho de intervenção comunitária no âmbito da prevenção ao nível do despiste precoce, divulgação de informação, formação e promoção de competências, cujo público-alvo é a comunidade educativa e Instituições Particulares de Solidariedade Social da área do Município.

Neste domínio, a intervenção da autarquia efectua-se em quatro áreas principais, que serão descritas a seguir.

Existe uma primeira área, a intervenção psicopedagógica, cujo objectivo é promover o sucesso educativo através da adopção de medidas de prevenção precoce e intervenção, ao nível do aparecimento de dificuldades de aprendizagem das crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino e de educação pré-escolar, do 1º ciclo do ensino básico da rede pública e das instituições particulares de solidariedade social (IPSS's). Para tal, as principais actividades a desenvolver prendem-se com a realização de uma avaliação psicológica de crianças sinalizadas pelos docentes responsáveis, o acompanhamento psicopedagógico indirecto a crianças que apresentam alterações ao nível da aprendizagem e problemas afectivo/emocionais, de comportamento ou do desenvolvimento global, e o encaminhamento de casos para outros serviços/entidades, especialidades médicas ou outras.

A segunda área é orientação vocacional, que pretende proporcionar aos alunos do 9º ano de escolaridade, beneficiários dos escalões

A e B da Acção Social Escolar, que frequentem as escolas do 3.º ciclo do ensino básico da área do Município, a oportunidade de realizar o processo de orientação vocacional.

A terceira área é a intervenção comunitária, cujo objectivo é promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais em crianças, jovens e famílias, facilitadoras de um maior ajustamento psicossocial, numa perspectiva de prevenção e actuação precoce na integração familiar e sócioeducativa.

Por último, na área da terapia da fala, realizam-se diagnósticos das perturbações da Linguagem/fala para se poder intervir. Para tal, concretizam-se avaliações solicitadas pelos docentes e pais, presta-se apoio directo às crianças, pais, docentes e outros, procede-se a reavaliações de casos já encetados, e presta-se apoio indirecto aos docentes, técnicos, encarregados de educação e outros intervenientes no processo terapêutico.

q) Desenvolvimento e implementação de Projectos

O Município de Alenquer desenvolve outros projectos. Como exemplo, pode-se referir o projecto intitulado “O Desenvolvimento Linguístico e a Aprendizagem da Leitura e da Escrita”, que pretende desenvolver as competências linguísticas necessárias à posterior aprendizagem da leitura e da escrita, sensibilizar os encarregados de educação para a importância do trabalho a desenvolver em casa com as crianças e despistar eventuais dificuldades de linguagem. Para tal, cada criança beneficia de 12 sessões, em contexto de jardim-de-infância durante o período lectivo, e realizam-se reuniões com encarregados de educação, educadoras e pessoal não docente.

Também se realizam projectos diversos de actividades lúdicas e recreativas para a comemoração de dias temáticos. Para tal, o Município organiza em parceria com os estabelecimentos de ensino actividades adequadas, estimulantes e propiciadoras do desenvolvimento integral das crianças, de acordo com várias temáticas consideradas relevantes do ponto de vista sócio-educativo.

Capítulo IV - Análise e discussão dos resultados da investigação

Após a apresentação e descrição das informações recolhidas, neste ponto, pretende-se analisar os dados, discutindo-os e problematizando-os.

Tendo em conta a apresentação das informações recolhidas, obtive uma “lista” das actividades que a CMA, mais concretamente o Gabinete de Educação, desenvolve no âmbito da educação. Ou seja, adquiri uma visão da sua intervenção neste domínio.

Segundo a bibliografia acerca deste tema (enquadramento teórico), tem-se conhecimento que os municípios possuem atribuições e competências legais e que também têm desenvolvido actividades que não têm uma obrigação legal, sendo estas de sua iniciativa.

Assim, tendo conhecimento das actividades que a CMA desenvolve e quais são as atribuições e competências dos municípios, disponho de material para proceder à distinção entre as actividades que a CMA desenvolve no âmbito das suas competências legais e as que desenvolve por sua iniciativa, ultrapassando as competências legais (figura 5).

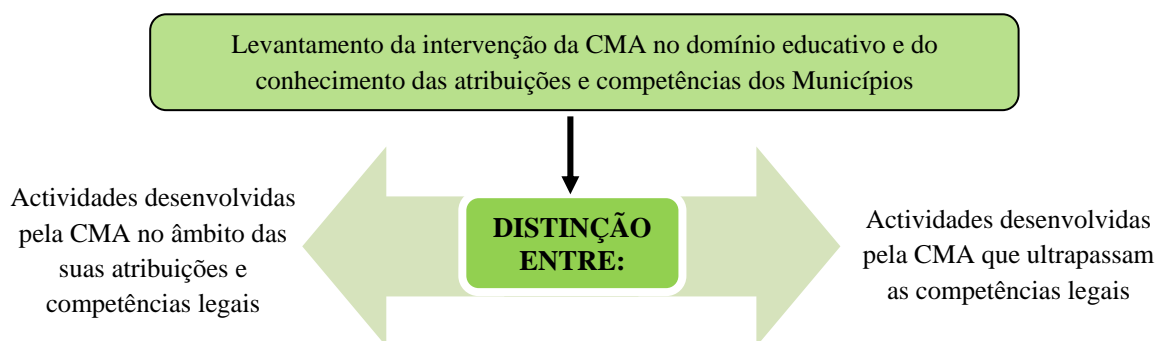


Figura 5 – Esquema de análise da intervenção no âmbito educativo da CMA

Fazendo então uma análise da intervenção da CMA no âmbito educativo, obtive o cenário que vem representado no quadro 18 a seguir:

Actividades desenvolvidas pelo município no âmbito das competências legais	Actividades desenvolvidas pelo município que extrapolam as atribuições legais
<ul style="list-style-type: none"> • Criação o Conselho Municipal de Educação; • Elaboração e monitorização a Carta Educativa; • Participação nos Conselhos Gerais; • Dar parecer na constituição de agrupamentos de escolas; • Construção, apetrechamento e manutenção das escolas da rede pública; • Gestão dos refeitórios escolares; • Gestão do pessoal não docente; • Assegurar os transportes escolares; • Comparticipação no domínio da acção social escolar; • Apoia projectos educativos das escolas e planos de actividades; • Implementação e coordenação das AEC's; • Assegurar a Componente de Apoio à Família; • Actividades de animação de tempos livres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de encontros concelhios sobre a educação; • Desenvolvimento e implementação de Projectos; • Desenvolvimento do Gabinete de Apoios terapêuticos; • Colocação de mais recursos humanos; • Alargamento da CAF ao 1º ciclo em 3 escolas. • A animação e programação desenvolvida pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares;

Quadro 18 – Actividades desenvolvidas pela CMA

Pode-se verificar que a CMA desenvolve actividades no âmbito das competências legais, e que também desenvolve actividades de sua iniciativa.

Dentro das competências legais atribuídas aos Municípios, fiz corresponder, as que são definidas pela legislação, com as actividades que recolhi neste âmbito. Assim, o quadro 19 apresenta essa correspondência.

Competências dos Municípios	CMA desenvolve?
• Criar os conselhos municipais de educação.	Sim
• Elaborar a carta educativa do município.	Sim
• Participar, como membro, dos Conselhos Gerais e intervindo, como parte, na celebração de contratos de autonomia das escolas.	Sim
• Propor e dar parecer sobre a constituição de agrupamentos de escolas.	Sim, sem grande destaque.
• Construir, apetrechar e manter os jardins-de-infância e as escolas do ensino básico da rede pública.	Sim
• Assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública.	Sim
• Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.	Sim
• Assegurar os transportes escolares.	Sim
• Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência.	Não
• Comparticipar no domínio da acção social escolar, as crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico.	Sim, mas apenas em parte.
• Apoiar actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico.	Sim
• Participar no apoio à educação extra-escolar.	Sim, sem grande destaque.

Quadro 19 – Actividades da CMA no âmbito das suas competências legais

Através da leitura deste quadro, percebe-se que a CMA na sua grande maioria desenvolve as suas atribuições e competências. No entanto, a CMA no que respeita à competência de garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, quando deslocados obrigatoriamente da sua zona de residência, não a desenvolve. Esta situação verifica-se, pois no concelho de Alenquer não existe nenhum caso em que alunos tivessem de se deslocar da sua zona de residência. Assim, logicamente, a CMA não desenvolve actividades neste âmbito.

Também relativamente à competência de compartilhar no domínio da acção social escolar, as crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, a CMA, neste âmbito apenas comparticipa as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, não efectuando a comparticipação das crianças do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, como transferiu o Decreto-Lei n.º 144/2008. Os motivos apresentados pela CMA de não desenvolver actividade neste último ponto, prende-se com o facto de que *“Não estavam reunidas as condições para a transferência desta competência (...)”*, e de isso implicar o aumento de actividades e responsabilidades principalmente na gestão dos refeitórios escolares *“(...) implica a gestão de refeitórios escolares, e a CMA não a quis assumir.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano). Na verdade, o Estado não procedeu à transferência de valores relativos à gestão dos refeitórios das escolas do 2.º e 3.º ciclos e, portanto a transferência de competência não foi completada.

No apoio à educação extra-escolar, esta actividade é muito limitada, uma vez que neste âmbito apenas foi referido que realizam o projecto de tempos livres, quando aqui também se poderia incluir acções de educação de adultos e de formação.

Por último, relativamente a dar parecer sobre a constituição de agrupamentos de escolas, esta actividade não tem muito destaque pois a CMA não tem sido consultada para dar o seu parecer.

Quanto às actividades que a CMA desenvolve que extrapolam as competências legais, podemos verificar, através do quadro 18 que para além de serem diversificadas, algumas são um alargar das competências legais. Senão vejamos.

Para além do que a CMA realiza relativamente à gestão do pessoal não docente, a CMA colocou mais recursos humanos que os previstos na lei. Esta decisão foi tomada, pelo facto de a CMA tomar conhecimento da realidade das escolas: *“O rácio é manifestamente inferior face às necessidades das escolas. Existe uma relação muito próxima entre o serviço que faz a gestão do pessoal não docente e as direcções das escolas, e portanto temos esse conhecimento.”* (Chefe da Divisão do Potencial

Humano). Tal acontece, uma vez que são várias as actividades desenvolvidas nas escolas e que a CMA promove e que implicam a necessidade de mais pessoal não docente. Esta responsabilidade acrescida tem como consequência o aumento dos custos que a CMA tem de suportar.

A CMA alargou também a CAF ao 1º ciclo em 3 escolas do concelho. Tal acontece, pois a CMA tem conhecimento das necessidades sentidas pelos encarregados da educação, e portanto ao possuir meios e recursos humanos, considerou que poderia alargar esta competência.

Relativamente ao Desenvolvimento do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, é discutível que esta actividade não seja uma competência municipal, daí não ter incluído. Esta actividade no fundo trata-se de “equipamento” pedagógico das escolas. O que efectivamente se pode afirmar que ultrapassa a competência legal, é toda a parte de animação e programação que desenvolve neste âmbito.

Outra questão importante para esta análise relaciona-se com a celebração de contratos de execução do Decreto-Lei n.º144/2008, pois existem atribuições e competências cuja transferência para os Municípios depende da existência de Carta Educativa e da celebração desses contratos. Ou seja, em termos mais concretos, enquanto que a componente de apoio à família na educação pré-escolar, os transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico, e a acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são transferências realizadas a título universal, no que respeita ao pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré – escolar, actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, e a gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são a título não universal, dependendo da vontade dos municípios em celebrarem os contratos e consequentemente passarem a alargar as suas competências.

A CMA celebrou esses contratos, alargando assim as suas competências. É interessante perceber que motivos estiveram na base desta decisão. Assim, segundo o discurso do Senhor Presidente da CMA, esta foi uma questão pragmática, uma vez que na realidade a CMA já exercia algumas destas actividades, tendo sido apenas reconhecidas legalmente: *“(...) algumas competências transferidas já eram exercidas pela autarquia, sem que existisse um verdadeiro, transparente e objectivo suporte legislativo e contratual. Situação esta que foi alterada com o diploma legislativo que referiu.”* (Senhor Presidente da CMA). Outra razão apresentada, para o seu alargamento é a consciência do seu importante papel na melhoria da educação: *“(...) como entidade*

local com melhor e mais próximo conhecimento da realidade, pode ter um grau de desempenho e de melhoria do serviço prestado em relação à administração local que lida com vastas e diferentes situações.” (Senhor Presidente da CMA).

Após estes apontamentos, interessa-nos chegar ao grande ponto da questão: **mas existe uma política educativa local no Município de Alenquer?** Os pontos anteriores dão-nos indicações nesse sentido?

Tendo em conta que, segundo Agnès Henriot-Van Zanten, política educativa local é definida com “(...) conjuntos coerentes de acções no domínio educativo, elaboradas de forma concertada e relativamente autónoma por certas equipas municipais.” (cit. in Pinhal, 2003:8), parece-me poder afirmar que alguns dos pontos anteriores indiciam a existência de uma política educativa local. Deste modo, através da perspectiva adquirida anteriormente, quer através da apresentação e caracterização das actividades desenvolvidas pela CMA, bem como a sua análise, ao distinguir as competências legais das actividades de iniciativa local, bem como outros pontos importantes, parece ser possível agora entender se existe uma política educativa local em Alenquer.

Poderei começar por referenciar que a CMA não se limita a desenvolver actividades no âmbito das atribuições e competências legais, mas também desenvolve actividades de sua iniciativa, como o desenvolvimento de gabinetes, e de implementação de projectos, entre outras.

Para além disso, ainda dentro das competências legais, por vezes, aumenta a sua responsabilidade alargando estas competências. Também tem-se antecipado a algumas obrigações legais, “(...) indo mesmo à frente, com o que foi preconizado e tomado como prioridade pela administração central em matéria de educação.” (Senhor Presidente da CMA), como no caso da celebração dos contratos de execução, tendo anteriormente, já assumido essas responsabilidades “O decreto-lei veio permitir uma maior amplitude na área da educação, logo, a Câmara só poderia acolher de bom grado uma maior intervenção.” (Senhor Presidente da CMA).

Assim, podemos considerar que a CMA não trata apenas de cumprir disciplinadamente as competências legais, mas tem visões próprias e assume o máximo possível em função de uma ideia pensada e construída localmente, como refere o Senhor Presidente da CMA “(...) é entendimento da câmara que, como entidade local com

melhor e mais próximo conhecimento da realidade, pode ter um grau de desempenho e de melhoria do serviço prestado em relação à administração local, que lida com vastas e diferentes situações.”.

Há por parte da CMA um notório conhecimento das necessidades da realidade educativa que o concelho necessita, considerando que é seu dever intervir de modo a colmatar essas necessidades, como exemplo, a criação dos gabinetes de apoio terapêuticos e o alargamento do CAF ao 1º ciclo de modo a apoiar os encarregados de educação. *“No fundo o que se pretende é passar à prática um princípio fundamental de administração pública – princípio da subsidiariedade – que mais não significa que quem deve intervir é quem mais próximo está dos problemas, quando naturalmente possua os recursos e meios para os resolver.”* (Senhor Presidente da CMA).

A educação é uma área prioritária para a CMA, tendo aumentado o seu interesse nesta área. Este interesse manifesta-se nas várias actividades que a CMA tem desenvolvido como *“(...) melhoria acentuada das condições físicas, com a construção de novos centros escolares e requalificação de escolas existentes”,* aposta na *“(...) rede de bibliotecas escolares (...)”,* implemento e promoção das AEC’s *“(...) incremento das AEC’s (...),* aumento do número de pessoal não docente e outros técnicos *“(...) o crescimento sistemático dos meios humanos afectos à educação, ou seja, as auxiliares de acção educativa e outros técnicos de apoio como psicólogos, terapeutas para apoio a alunos com necessidades especiais (...)”,* *“(...) reforço da acção social escolar (...)”,* pelo *“(...) crescimento continuado da cobertura da rede de transportes escolares (...)”,* *“(...) entre outras.”.* As consequências deste aumento de intervenção no domínio educativo, revela-se no seu peso no orçamento da Câmara *“(...) todas estas iniciativas têm uma expressão no orçamento da Câmara, que continua a afectar ao sector da educação uma fatia muito expressiva do seu orçamento anual.”,* e no volume de trabalho *“(...) um acréscimo do volume de trabalho, quer em mais escolas e em vários âmbitos (...)”* (Senhor presidente da CMA).

Outro ponto a referir, é o facto das actividades relacionadas com a educação não serem exclusivas do gabinete da educação: *“(...) o gabinete de Acção Social/Saúde, Cultura, o Ambiente....Todos estes gabinetes desenvolvem, actividades direccionadas à população escolar.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano). Há também uma relação/articulação entre as várias estruturas orgânicas, entre departamentos e gabinetes da CMA na intervenção educativa.

Resumidamente, os indicadores para a existência de uma Política Educativa em Alenquer, encontrados no caso em estudo são:

- Desenvolvimentos de actividades por iniciativa própria, andando por vezes à frente da legislação;
- Investimentos na educação (ex: recursos humanos);
- Conhecimento da realidade, identificando e resolvendo problemas e necessidades sentidas;
- Promoção de encontros concelhios sobre a educação, onde se confrontam diferentes perspectivas e que podem apoiar na conceptualização sobre o bem-público local e o seu desenvolvimento;
- Existência de projectos pensados e construídos pela CMA;
- Criação de gabinetes próprios ao apoio da população escolar;
- Animação e programação do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares;
- Articulação e mobilização entre as várias estruturas orgânicas da CMA;
- Celebração dos contratos de execução das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 144/2008.

Estes pontos são já indícios de uma visão própria que conduz a uma territorialização e construção de uma política educativa local. No entanto há que problematizar estes dados. A CMA tem aumentado a sua actividade, muito por conta da legislação, mas também de sua incitativa. Mas vamos levantar as seguintes questões: porque desenvolve a CMA estas actividades? De que forma surgem estas iniciativas? Serão apenas passageiras, colmatando necessidades a curto prazo? Que elementos têm em conta? Existe uma visão de conjunto que dê unidade e coerência a todas estas intervenções?

Parece-me que algumas destas actividades são de facto de extrema importância e têm um papel fundamental. No entanto, o que coloco em causa é se justamente estas actividades estão estruturadas como conjuntos coerentes de acções elaboradas de forma planeada, tendo em conta e envolvendo a comunidade escolar.

A existência de uma política educativa local pressupõe uma linha orientadora, em que todas as acções realizadas devem ter em conta essa mesma perspectiva e visão. É relativamente a esta questão que me parece que a CMA não tem uma política educativa definida e concreta, uma vez que as actividades que realiza têm por vezes o intuito de colmatar certas necessidades e não aparecem no seguimento de estratégias a prazo.

Pode ser referenciado o caso da promoção de encontros concelhios, que efectivamente foi assumido pela CMA como uma actividade que ultrapassada a sua competência legal, no entanto, o que é feito nestes encontros deveria ser feito no Conselho Municipal de Educação de Alenquer. Deste modo, será pertinente considerar esta actividade como sendo um indicador de uma política?

Apesar de não ter sido uma questão de investigação, os dados recolhidos podem dar algumas pistas e ser um ponto de discussão relativamente ao papel do município enquanto dinamizador de projectos e de programas de acção, em conjunto com outras organizações locais. Sobre este ponto, apesar da CMA manter uma relação estreita com as escolas, permitindo-lhe conhecer a realidade educativa e ter estabelecido vários protocolos com associações e colectividades, o mesmo parece não acontecer com os pais, no sentido de os envolver nas actividades que desenvolve. Portanto, fica a questão se estas acções são, como se deseja numa política, uma acção colectiva, entre vários parceiros.

Uma das limitações deste estudo, prendeu-se com o facto, de não ter conseguido estudar as actividades que as outras unidades orgânicas da CMA desenvolvem no âmbito educativo. No entanto, posso afirmar que o Gabinete da Educação centra-se em questões da educação formal, e mesmo quando referenciadas actividades dos outros gabinetes, os exemplos fornecidos tinham sempre como público-alvo a população escolar. Deste modo, parece que a intervenção da CMA no seu âmbito de actuação não vai muito para além das modalidades escolares de formação.

Outro ponto a referenciar, é o facto do CME, apesar de ser uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e ter por objectivo promover a coordenação da política educativa, não parece desempenhar afinal essa missão: *“Em termos da definição da política educativa local, este órgão é pouco interventivo, não saindo por vezes grandes sugestões de melhoria e grandes resultados.”* (Chefe da Divisão do Potencial Humano).

A CMA não desenvolveu um instrumento importante na definição de uma política educativa local, que é o Projecto Educativo Local. Este documento propicia a definição dos caminhos para a produção de políticas educativas locais, servindo de apoio da sua actividade, o que não se passa no caso em estudo.

O Senhor Presidente da CMA afirma existir uma política educativa local, porque *“(...) existe uma verdadeira visão estratégica global concelhia no que respeita à educação. Essencialmente porque a autarquia vê a educação como um pilar*

fundamental de desenvolvimento dos seus munícipes (...). Caracterizando essa política, o Senhor Presidente acrescenta *“Como exemplo desta política podemos apontar o grande esforço que há alguns anos a autarquia vem fazendo no ensino pré-escolar (...)*”. Com um ponto de vista mais técnico, a responsável do Departamento do Potencial Humano, refere que *“(...)não há uma Política Educativa Local definida do ponto de vista institucional”,* no entanto, *“(...) ela está subjacente e é visível nos objectivos estratégicos definidos para a divisão.”*.

Tendo em conta a análise anterior, existem vários indícios da existência de uma política educativa local em Alenquer. No entanto, também existem alguns indicadores importantes para a emergência de uma política educativa e que a CMA não possui. Ou seja, se por um lado a CMA desenvolve actividades de iniciativa própria, alarga a sua intervenção e investe no âmbito educativo, e a natureza de algumas actividades tenha um cariz próprio, por outro, não há uma linha orientadora com acções coerentes num único sentido, nem desenvolveu o instrumento essencial na definição da sua política.

Se olhando numa perspectiva, através das actividades que desenvolve e que ultrapassam as suas competências legais, havendo a nível local a visão de que o município deve e pode intervir e participar e pelo discurso do Senhor Presidente e da Chefe da Divisão do Potencial Humano, podemos afirmar que estes são indicadores da existência de uma política educativa local. Por outro lado, ao aprofundar a natureza das actividades e a sua articulação, não sustenta em pleno a existência dessa política.

Assim sendo, considero que não se pode afirmar a existência de uma política educativa local, uma vez que também não parece ser possível defini-la. No entanto a perspectiva é caminhar nesse sentido, verificando-se na sua acção já alguns indícios, uma certa aproximação.

Deste modo, fazer uma análise dessa política torna-se inviável, não conseguindo perceber com exactidão a tendência da política educativa para uma das dimensões, instrumental ou cultural. No entanto, parece-me que existindo uma política educativa local em Alenquer, terá um cariz mais instrumental, ligada a questões mais práticas, como por exemplo, a construção de escolas e disponibilização de recursos. Mas a minha visão também se encontra um pouco formatada, pelo facto de me ter centrado muito nas actividades e não tanto nas questões culturais. No entanto é de denotar o valor educativo dos projectos sócio-educativos de iniciativa municipal e também ao que se desenvolve no Gabinete da Rede de Bibliotecas. Estas acções não são tomadas como instrumentais, mas há aqui uma intencionalidade diferente, mais cultural.

Capítulo V – Conclusão e reflexão da investigação

Após um longo caminho percorrido, desde a recolha de informação, o seu tratamento e análise dos resultados obtidos, estou em condições de retirar conclusões deste estudo. O objectivo neste ponto do trabalho, é responder às questões de investigação, sendo portanto o culminar de toda a investigação. Houve todo um processo para conseguir, agora, apresentar as principais conclusões.

Através do estudo da intervenção das actividades da CMA no âmbito da educação, podemos concluir quanto ao seu alcance. Algumas das actividades desenvolvidas, destinam-se a cumprir as atribuições e competências definidas na lei, no entanto, outras são de iniciativa do Município, extrapolando assim as competências legais.

Podemos também concluir quanto ao papel do Município de Alenquer, uma vez que temos conhecimento do alcance e das características das actividades que realiza. Sabendo então que não se limita a desenvolver actividades no âmbito das suas competências legais, então o seu papel não é apenas de mero executor local das políticas definidas pelo governo. O seu papel parece ser de actor e dinamizador, na medida em que toma iniciativa de projectar e concretizar actividades, tendo em conta problemas e necessidades que surgem e de acordo com a sua realidade educativa.

O estudo da intervenção da CMA no domínio da educação permite também perceber a natureza dessas actividades, pois não basta distinguir entre actividades no âmbito da lei e as de sua iniciativa, para perceber se existe ou não uma política educativa local.

Um município pode ter uma grande intervenção a nível de quantidade de actividades, no entanto essas actividades podem não fazer sentido nem melhorar a realidade. Ou seja, para um município ser efectivamente actor e dinamizador de uma política, considero que a natureza dessas actividades deva ter em conta alguns critérios, nomeadamente, se envolve a comunidade (associações, colectividades, escolas, encarregados de educação), se advêm de um problema e necessidade sentida, e principalmente se seguem uma linha orientadora de acção.

De facto, obtive dados que corroboram a existência de indícios de uma política educativa local, como os investimentos na educação, elaboração de projectos, promoção de encontros concelhios, articulação e mobilização entre várias estruturas orgânicas da

CMA, criação de gabinetes de apoio, entre outros. Por outro lado, também existem informações que não sustentam a afirmação da existência de uma política educativa, como o facto de as actividades desenvolvidas não parecerem conjuntos coerentes de acções que seguem uma linha orientadora comum, não ser uma acção colectiva envolvendo todos os parceiros, a sua actuação não ir muito além das modalidades escolar e não possuírem o instrumento importante na definição de uma política local, o projecto educativa local.

Deste modo, posso concluir que no caso em estudo, considero que não está estabelecida uma linha orientadora de intervenção onde se reflecte o sentido da acção educativa. No entanto, a política parece estar subjacente em algumas das suas acções e pelo seu alcance.

Sem dúvida que existe uma participação da CMA na educação, e portanto tem um papel muito activo e interveniente na dinâmica educativa. No entanto a CMA não definiu institucionalmente a sua linha orientadora que espelhe o sentido da sua acção educativa e o seu próprio modo de se organizar e de resolver certos problemas educativos.

Estas conclusões foram fundamentadas pelo quadro teórico, e pela informação recolhida, no entanto tem um carácter muito subjectivo, uma vez que não foi um estudo profundo. Apesar disso, considero que forneceu uma perspectiva de toda a dinâmica e intervenção do município em estudo, e permitiu conhecer os indicadores de uma política educativa local.

Fazendo agora, uma reflexão da investigação, as várias etapas deste processo foram importantes e permitiram que várias aprendizagens fossem efectuadas.

Primeiramente, a realização deste estudo deu-me uma grande bagagem em termos teóricos. Todo o quadro teórico realizado possibilitou obter informações que deram conta dos conceitos implícitos ao conteúdo e que fundamentaram de forma sistemática, cada apreciação e a conclusão resultante da análise de todas as informações recolhidas. Também é de referenciar a extrema importância da metodologia utilizada, pois permitiu-me recolher e tratar os dados de forma mais fiel

A realização deste estudo fomentou o espírito científico.

CONCLUSÃO

No final de um trabalho desta natureza, considerei importante e pertinente reflectir um pouco sobre o estágio. Nesta reflexão crítica pretendo realizar uma auto-avaliação, reflectir e fazer um balanço, ou seja, posicionar-me criticamente face a várias questões do estágio relativamente: à sua **organização** (se teve relação com a área de estudos, a duração e horário, a sua coerência...); às **actividades** desenvolvidas (se permitiram aplicar conhecimentos ou adquirir outras capacidades e competências...); aos **objectivos** (se forma cumpridos, se sim de que forma, se não porquê...); à minha **atitude** enquanto estagiária (iniciativa, responsabilidade, pontualidade...); e às **aprendizagens** efectuadas (aprendizagens significativas e que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal...).

Quanto à organização do estágio, houve uma limitação que se prendeu com o número de horas a permanecer no local. Sendo que a modalidade por mim escolhida dividiu o tempo entre estágio e projecto de investigação, não permaneci no local, isto porque o número de horas teria de ser mais reduzido. Tal facto não possibilita desenvolver um trabalho contínuo e a total integração na organização.

De forma a completar e enriquecer mais o estágio, estagiei também na Divisão do Potencial Humano, Educação/Juventude. Não fui com a condição de estagiária, pois o objectivo era integrar-me e ter uma visão mais profunda do modo como esta divisão se organiza e o tipo de actividades que realiza, mas poderia eventualmente vir a participar em alguma actividade que surgisse, o que aconteceu.

Daqui, posso concluir que o estágio não teve um processo linear, pois não permaneci apenas num local. Apesar disso, foi necessário e importante acrescentar o número de horas e permanecer durante algum tempo, mesmo sem ser em condição de estagiária na Divisão do Potencial Humano, Educação/Juventude, pois obtive uma perspectiva sobre a minha área de estudos que não tinha até então, com a Componente de Apoio à Família.

Relativamente às actividades realizadas no âmbito do Prolongamento de Horário da Componente de Apoio à Família, o balanço é positivo, uma vez que estas prenderam-se com tarefas de planeamento e organização, relacionando-se assim com a administração. No entanto, a minha vontade e intenção como aprendiz, seria poder ter tido a oportunidade de desenvolver actividades mais diversificadas, de forma a adquirir

mais competências e capacidades, e não fazer mais do mesmo. Ainda assim, não menosprezo as actividades que realizei, pois tiveram o seu sentido e pertinência e são a base de qualquer trabalho e/ou projecto. Para além disso, essas actividades permitiram adquirir competências que são transversais a qualquer actividade profissional quer do saber, saber-ser e saber-fazer.

Considero que foi importante, por minha iniciativa, propor a realização de duas actividades (portfólio digital e orçamento), que por um lado se relacionassem com a Administração Educacional, e por outro com a escola, pois iria ser aplicado nesse local. Fazendo uma reflexão acerca da realização destas actividades, penso que tiveram pertinência, pois permitiram completar o trabalho realizado, contribuir para a consistência do prolongamento da Componente de Apoio à Família, direccionar o trabalho para a área de estudos, e dar sentido ao estágio.

As actividades realizadas na Divisão do Potencial Humano, Educação/Juventude, tiveram pertinência no sentido de poder observar e ter um contacto directo com a realidade. No entanto, comparando com as actividades desenvolvidas na Componente de Apoio à Família, não foram tão desenvolvidas, nem tive um papel tão importante.

Para perceber se consegui alcançar os objectivos, elaborei uma grelha que se encontra no anexo 13, com os objectivos que me propus cumprir e se os consegui cumprir, se sim de que forma, se não quais as razões.

Ao longo do estágio, tentei ter sempre uma atitude positiva, mostrei-me sempre disponível e com vontade de aprender mais, sendo sempre pontual e assídua.

Referindo-me agora a aspectos salientes de aprendizagem, várias foram as aprendizagens efectuadas ao longo do estágio. Este permitiu o desenvolvimento de capacidades relacionais de comunicação e de trabalho em equipa, pois obrigou-me a interagir com pessoas, e daí praticar e melhorar competências sociais e a capacidade de dialogar. Outra aprendizagem prendeu-se com melhorar a minha intervenção na área através do conhecimento de uma organização em vários domínios, e também o desenvolvimento de competências profissionais mais técnicas (planificação, análise, avaliação, observação, reflexão). Para além disso, a aprendizagem que considere mais significativa foi a de obter conhecimentos sobre a organização, funcionamento e actividades de uma organização educacional, obtendo assim outra perspectiva da realidade. O estágio colocou-me em situações onde aprendi a tomar iniciativas, exercitar e assumir responsabilidades, a resolver problemas e a tornar-me mais autónoma.

Não criei muitas expectativas em relação ao estágio, pois não sabia muito bem como se iria processar, e por essa razão, é difícil fazer o paralelismo “expectativas *versus* realização”. No entanto o que não correspondeu à minha expectativa, foi a minha implicação e envolvimento nas organizações, que penso que poderá ser explicado pela curta duração do estágio. Para além disso, a expectativa era aprender e desenvolver mais competências técnicas, que desenvolvi, mas não ao nível que tinha colocado. O que correspondeu sem dúvida, foi o ter obtido uma perspectiva real de aspectos educativos e ter tido essa oportunidade, ampliando os meus conhecimentos na área educacional, nomeadamente, o que é preciso e o que implica a realização de determinado projecto.

O lado de observação e obter conhecimentos foi bom e ajudou também na fase do projecto de investigação, no entanto o ponto que foi mais fraco foi na prática, no “fazer”, esperava ter mais responsabilidades e por exemplo, ter destinadas determinadas tarefas. Apesar disso, a minha intenção foi a de marcar a minha presença e de intervir de modo a dar o meu contributo para melhorar a realidade.

Por tudo isto, o estágio, teve a sua relevância, pois permitiu uma aproximação ao mercado de trabalho, dando-me uma certa “bagagem” para o futuro que me espera, e completei a minha formação com o contacto com profissionais em exercício no seio das organizações educacionais.

Sendo a investigação, parte do estágio, esta foi bastante importante não só para fortalecer o meu papel no local de estágio, mas também dar um outro sentido e interpretação ao que se observou e concretizou.

Quer o estágio, quer a investigação, proporcionaram, através da participação em situações educativas/formativas diversificadas, a vivência de situações de trabalho em todas as suas dimensões. Assim, tendo portanto uma componente prática e real, vejo sentido e pertinência no trabalho realizado.

Considero que consegui cumprir os critérios importantes a ter em conta na realização do trabalho, desde a clareza do discurso, uma estruturação adequada, rigor e correcção das ideias. Penso que consegui atingir os objectivos que me propus cumprir. Para finalizar, este trabalho promoveu o meu desenvolvimento contínuo como aprendiz.

Conceber e realizar um estudo não é certamente uma tarefa fácil, implicando esforço e envolvimento pessoal, bem como ser capaz de gerir a complexidade das situações que vão surgindo. No entanto, considerando que uma investigação possui um enorme potencial, constitui um desafio que pode ser muito estimulante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, N. (2008). Elementos de Política da Educação. Lisboa, FPCE (1-21).
- Barroso, J. (1998). Projectos: de uma cultura de subordinação a uma cultura de autonomia. in João Barroso. *Escolas, projectos, redes e territórios*. Lisboa: PEPT/ME.
- Barroso, J. (2002). *A Investigação sobre a escola: contributos da Administração Educacional*. Investigar em Educação, I(I) (277-325).
- Barroso, J. (2006). A investigação sobre a regulação das políticas de educação em Portugal. in João Barroso (coord.). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa, Educa (11-39).
- Bota, Alzira (2008). *Organização e funcionamento do plano de acção cultural da Câmara Municipal de Almada*, Trabalho de projecto realizado no âmbito do Ciclo de Estudos conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação (Administração Educacional). Lisboa, FPCE-UL.
- Cabrito, B. (1995). Pensar a Escola como Instrumento de/ao Serviço do Desenvolvimento local. in A. Estrela, J. Barroso & J. Ferreira, orgs., *A escola: um objecto de estudo*. Lisboa, actas do V Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIPELF/AFIRSE.
- Canário, Maria Beatriz Bettencourt (1999). *Construir o projecto educativo local: relato de uma experiência*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Caupers, J. (1999). *Direito Administrativo I – Guia de Estudo*. Lisboa. Editorial Notícias.
- Estrela, A (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes: uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- Evangelista, João Gomes (2004). *Participação do Poder Local na Administração da Educação: a relação escola-autarquia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FPCE-UL.
- Fernandes, A. (2000). Municípios e escolas: normatização e contratualização da política educativa local. in Joaquim Machado, João Formosinho e António Sousa Fernandes (coord.), *Autonomia, contratualização e município*. Braga: Centro de Formação da Associação de Escolas Braga/Sul (35-46).

- Fernandes, A. (2003). Município, cidade e territorialização educativa. in J. A. Costa et al., *Políticas e gestão local da Educação*. Aveiro, Universidade de Aveiro (35-41).
- Fernandes, A. (2005). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. in João Formosinho et al *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: Edições ASA (193-221).
- Freire, Isabel Pimenta. (s.d.) *O estudo de caso centrado na escola e a investigação sobre a indisciplina: questões metodológicas*. VII Coloquio Nacional da AIPELF/AFIRSE. pp: 561 – 574.
- Guedes, M. Graça. (2002). *As políticas educativas municipais da Área Metropolitana de Lisboa: o caso dos projectos sócio educativos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FPCE-UL.
- Knoepfel, Peter (2006). *Analyse et pilotage des politiques publiques*, 2ème ed. Zurich: Verlag Rüegger.
- Louro, P. (1999). Educação e autarquias: da legislação às práticas. *Análise Psicológica*. XVII. 153 – 162.
- Louro, Paulo & Fernandes, Pedro (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da área Metropolitana de Lisboa. *Análise psicológica*, I (XXII), 273-287.
- Pereira, Sofia (2005). *À procura da Cidade Educadora: a organização do espaço e dos recursos na promoção da cidadania em Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Covilhã, Universidade da Beira Interior.
- Pinhal, J. (2003). *A actividade educacional das autarquias portuguesas: natureza e intencionalidade*. Comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. Recife.
- Pinhal, J. (2003). *Gestão da Educação: a Escola, o Município e o Estado*. Colóquio da AFIRSE.
- Pinhal, J. (2003). Os municípios e a descentralização educacional. Actualização do artigo publicado em Ana Luísa, João Barroso e João Pinhal, *A administração da educação: investigação, formação e práticas*. Lisboa: Sebenta da Cadeira de

Administração Educacional/ Instituto da Educação da Universidade de Lisboa (1997).

- Pinhal, J. (2003). Os municípios e a provisão pública de educação. in J. A. Costa et al., *Políticas e gestão local da Educação*. Aveiro, Universidade de Aveiro (45-60).
- Pinhal, J. (2006). A intervenção do município na regulação local da educação. in João Barroso (coord.) *A regulação das políticas públicas em Educação: Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa, Educa (101-128).
- Pinhal, J. (2010). A construção do sistema educativo local. *Administração Educacional*, n.º 7 (em publicação).
- Prata, M. (2003). Autarquias e educação: das competências legais às competências morais - uma intervenção emergente. in J. A. Costa et al., *Políticas e gestão local da Educação*. Aveiro, Universidade de Aveiro (173-183).
- Pruaño, António. (2003). Los centros escolares y su entorno. in: González et al. *Organización y Gestión de Centros Escolares*. Madrid: Pearson-Prentice Hall.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (1995). *Lições de Direito Administrativo*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor.

Legislação Referenciada

- Constituição da República Portuguesa de 2005.
- Carta Europeia da Autonomia Local.
- Carta das Cidades Educadoras, 2004.
- Lei nº1/77, 6 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.
- Decreto-Lei n.º77/84 - Estabelece o regime da delimitação e da coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.
- Decreto-lei n.º 100/84, de 29 de Março - Fixa as atribuições e competências das autarquias locais e dos seus órgãos.
- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro - Diploma relativo aos transportes escolares.

- Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro - Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social escolar.
- Lei nº46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro - Lei-quadro que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar.
- Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio - Autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.
- Lei nº159/99, de 14 de Setembro – Transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – Lei que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respectivas competências.
- Decreto Regulamentar n.º12/2000 de 29 de Agosto - Diploma que fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.
- Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação e da carta educativa o seu processo de elaboração, aprovação e efeitos.
- Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Despacho n.º 22 251/2005, de 25 de Outubro – Despacho que define o modelo de financiamento que permite aos municípios acautelar o fornecimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de Abril – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário.
- Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio – Despacho que define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré -escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e

bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho – Diploma que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.
- Portaria n.º 1409-A/2008, de 16 de Setembro, estabelece os critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência do pessoal não docente, para o pagamento das suas remunerações.
- Decreto-lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro – Diploma relacionado com a criação de um título de transporte.
- Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março – Diploma que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar.
- Despacho n.º 18 987/2009, de 17 de Agosto - Define o preço das refeições e o montante das participações a suportar pelas diversas partes envolvidas.

Outras Fontes

- Carta Educativa da Câmara Municipal de Alenquer.
- Plano de Actividades Geral do Município de Alenquer e Plano de actividades da Divisão do Potencial Humano, Educação e Juventude.
- Boletins Municipais de Alenquer.
- Regimento do Conselho Municipal de Alenquer.
- Contratos de execução de transferência de atribuições e competências.
- Base de dados.
- Folhetos informativos e regulamentos de actividades desenvolvidas pela CMA.
- Projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Alenquer.

ANEXOS